

EXPRESSÕES DO BRINCAR

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CASA DE DONA YAYÁ

MARIANA SAYURI MATSUYAMA



EXPRESSÕES DO BRINCAR

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CASA DE DONA YAYÁ

Mariana Sayuri Matsuyama
Orientação: Beatriz Mugayar Kühl

Trabalho Final de Graduação da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (FAUUSP)

Junho
2024

AGRADECIMENTOS

Àqueles que pavimentaram meu caminho, me ensinaram a andar e me deram coragem de seguir, meus pais; Olga e Flávio, minhas maiores inspirações, sem os quais eu não chegaria até aqui. Aos meus irmãos, Alexandre e André, meus primeiros exemplos e companhias. À minha tia Odete, que tanto me acolheu. À toda minha família, os que vivem e os que se foram, pelo apoio de sempre.

Às minhas mais amadas amizades fauanas, agradeço pelo carinho, cumplicidade, choros e risadas por todos esses anos, especialmente a Augusto e Ângela (suporte monumental deste trabalho), Patricia, Carol, Camila, Lorena, Júlia, Beatriz e Juliana, com vocês o tempo voou e só ficaram as boas lembranças e o amor. Às minhas amigas de tantos anos, Letícia, Samantha, Anne, Carol, Julia e Nicole, obrigada por me acompanharem e apoiarem desde o início. À todos os amigos que em algum momento da vida caminharam comigo.

À professora Beatriz Kuhl, que aceitou embarcar nesse trabalho e ofereceu todo apoio, orientação, calma e acolhimento, vitais para sua realização.

À todos os docentes que participaram de minha trajetória acadêmica, por aulas, textos, palestras e conversas, tudo se tornou bagagem e inspiração que levarei para a vida.

À toda a equipe da Casa de Dona Yayá, a começar pelas professoras Flávia e Simone, que gentilmente aceitaram participar da banca avaliadora, aos monitores/estagiários, Isabela, Nicole, Ali, Vinícius, Lievin e Beatriz, pelas gentilezas, ao Gabriel, pela inspiração inicial que me levou ao tema deste trabalho e à Carmen, que não só acolheu e abraçou o tema, mas também a mim, sempre me fazendo sentir bem vinda na Casa.

À criança que existe em cada um de nós, por manter vivos os nossos sonhos.

RESUMO

As dinâmicas urbanas da capital paulista, pautadas por políticas capitalistas, imobiliárias e rodoviaristas obstruem cada vez mais os seus espaços livres, cerceando os potenciais do brincar e da criação de memórias na cidade. O caráter disruptivo desse cenário tem como uma de suas consequências, infâncias restringidas a muros e interações sociais limitadas, enfraquecendo as relações criança-cidade e criança-sociedade. É nesse contexto que surge a necessidade de estratégias que reconstruam esses laços, destacando-se a tarefa de introduzir às novas gerações, as temáticas que envolvem a identificação e preservação de locais e práticas, cuja importância e valor abrangem não apenas a escala nacional, mas também a de seus cotidianos. A educação patrimonial é a via de atuação em que se ancoram essas premissas e tem como notável exemplar, o trabalho realizado pela equipe do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) na Casa de Dona Yayá, objeto de estudo deste trabalho. Pretende-se, então, construir uma narrativa histórica dos principais norteadores do tema: o percurso da educação patrimonial em contexto nacional, as camadas de memória do imóvel estudado e a trajetória do órgão CPC-USP, destacando suas ações, releituras e fases, a partir

de um olhar analítico. O objetivo final é apresentar um conjunto de reflexões, pautadas nessas pesquisas, sobre as atividades realizadas na Casa pela gestão atual do CPC-USP, analisando suas principais motivações e iniciativas, buscando compreender e reconhecer suas contribuições para o brincar na cidade.

Palavras-chaves: cidade, brincar, memória, educação, patrimônio

ABSTRACT

The urban dynamics of São Paulo's capital, guided by capitalist, real estate and highway policies, increasingly obstruct its free spaces, curtailing the potential of playing and the creation of memories in the city. The disruptive nature of this scenario has as one of its consequences childhoods restricted to walls and limited social interactions, weakening child-city and child-society relationships. It is in this context that the need arises for strategies to rebuild these ties, with the task of introducing new generations to themes involving the identification and preservation of places and practices whose importance and value encompass not only the national scale, but also that of their daily lives. Heritage education is the way in which these premises are anchored and is exemplified by the work carried out by the team from the Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) at Casa de Dona Yayá, the subject of this study. The aim is then to construct a historical narrative of the main guiding principles of the theme: the path of heritage education in the national context, the layers of memory of the property studied and the trajectory of the CPC-USP body, highlighting its actions, re-readings and phases, from an analytical point of view. The final objective is to present a set of reflections, based on this research, on

the activities carried out in the house by the current management of the CPC-USP, analyzing its main motivations and initiatives, seeking to understand and recognize its contributions to playing in the city.

Keywords: city, playing, memory, education, heritage.

*Dedico este trabalho à minha
família, em especial, minha avó Zilda, que
temia não viver o suficiente para ver todos
netos formados, mas que agora, no auge
de seus 100 anos poderá realizar esse feito.
Obrigada por todas as memórias desde o
meu primeiro dia de vida.*

SUMÁRIO

- 15** Introdução
- 21** 1 - Caminhos da educação patrimonial no Brasil: Subsídios para o estudo de caso
- 35** 2 - A Casa e Dona Yayá
- 38** O antes
- 54** A passagem de Yayá
- 69** O depois
- 81** 3 - A trajetória do CPC-USP na Casa de Dona Yayá e suas iniciativas educacionais
- 83** 2004-2018: desafios iniciais em uma nova sede e estruturação do órgão
- 100** 2018-HOJE: consolidação do programa de educação patrimonial
- 111** 4 - Educação patrimonial na Casa de Dona Yayá: relatos, reflexões e registros
- 117** Domingos na Yayá: Brinquedos e brincadeiras (28/04)
- 129** Domingos na Yayá: Brinquedos e brincadeiras (26/05)
- 135** Visita das crianças do CCA Carmo (28/05)
- 149** Considerações finais
- 153** Referências bibliográficas

INTRODUÇÃO

Durante toda minha trajetória acadêmica, tive muito interesse sobre o olhar infantil sobre a cidade, acredito que a imaginação e sinceridade com as quais as crianças vivem e se relacionam com o espaço são exemplares a serem seguidos por toda as esferas sociais. A efemeridade da infância faz com que o conceito de temporalidade seja diferente para esse grupo e, portanto, a composição de suas memórias é muito importante e valiosa para sua formação e desenvolvimento em sociedade, é a bagagem que carregarão durante toda a vida.

A possibilidade de vivenciar momentos de liberdade e brincadeiras na cidade é essencial para esse processo, porém a atual realidade capitalista e motorizada dos centro urbanos deturpa toda e qualquer tentativa do brincar, e a sinceridade é encoberta por uma falsa sensação de vida, de progresso.

As observações que fiz no decorrer da minha própria infância e de crianças em minha família foram a fagulha dessa reflexão, que foi fomentada pelo contato com esse assunto em diversos momentos durante a graduação, conforme estudava sobre a urbanização, rodoviarismo e o mercado imobiliário agressivo da cidade, sempre

considerando as camadas vulneráveis, tanto no campo social quanto etário - em especial o público infantil e sua vivência perante essa realidade. O projeto de cultura e extensão Co-criança foi o primeiro contato que pude ter com essa temática, ao saber mais sobre sua atuação, pude ver como há formas de repensar e reverter as maneiras de projetar a cidade, para que seja mais favorável ao brincar e imaginar, solidificando uma relação criança-cidade além muros.

Outro momento de inspiração foi o período que participei do coletivo Fau Social, no qual tive conhecimento de ações e projetos participativos que enfatizavam a importância de espaços livres voltados para as crianças e da inclusão delas em todo o processo. Ambas experiências demonstraram a importância do brincar na cidade, para todas as faixas etárias, e qual é o papel do arquiteto e urbanista no planejamento, execução e integração com o público infantil para que seja um pensamento coletivo e compartilhado na produção de soluções.

Por fim, no primeiro semestre de 2023 eu fiz um intercâmbio em Barcelona e morei em frente à uma praça chamada “Plaça de Les Dones del 36”, onde pude observar pela minha janela, um cotidiano de crianças livres, brincando com seus pais, avós, amigos e idosos que também usufruíam desses espaços para lazer e convívio. A cidade

tem como base o chamado “Plan de Juegos”, um plano feito pelo departamento de Urbanismo, Transição Ecológica, Serviços Urbanos e Habitação da prefeitura de Barcelona, que apresenta diretrizes para o “brincar” na cidade, a partir da construção de praças, canteiros de areia, fechamento de ruas aos finais de semana, até a retirada de cartazes de “proibido jogar bola”.

Essa experiência proporcionou uma melhor compreensão de políticas públicas voltadas à infância postas em prática e como essas intervenções modificam as dinâmicas urbanas como um todo, colocando em perspectiva também o quanto estreitar a relação criança-cidade pode despertar sua curiosidade em relação aos elementos representativos da historicidade e relevância arquitetônica ao seu redor, formando uma base de conhecimento e reconhecimento e contribuindo para criar laços mais sólidos com o local onde vivem.

Guiada por essas percepções, encontrei o tema da educação patrimonial infantil como forma de entender as diferentes formas de unir memória, educação e a relação entre crianças e a cidade, afinal, ela em si carrega um enorme potencial educativo. Tal pensamento se associou à leitura do artigo “*Para além das fronteiras: patrimônio cultural, educação e territórios educativos*” (2019), de Fernando Pascuotte Siviero para a revista do CPC,

e firmou a ideia de expandir a educação do patrimônio para o lado de fora dos muros, utilizar a cidade como terreno de exploração, ensino e recreação. Com essas referências em mente, minha orientadora, a professora Beatriz Kühn apresentou-me a Casa da Dona Yayá, localizada no bairro do Bexiga, sede do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), e assim, pude ter contato com a história do lugar, a moradora que dá o nome da casa, a equipe e as atividades realizadas.

O trabalho feito junto à escolas e ao público infantil em geral despertaram meu interesse imediato, pois a sua abordagem de educação patrimonial engloba vários dos aspectos que pretendia estudar e se baseia em inúmeras referências importantes para o estudo da área. Enfim, encontrei nas realizações da equipe educativa do CPC-USP, a motivação para fazer esse trabalho, que tem como objetivo olhar para as atividades de educação patrimonial feitas na Casa.

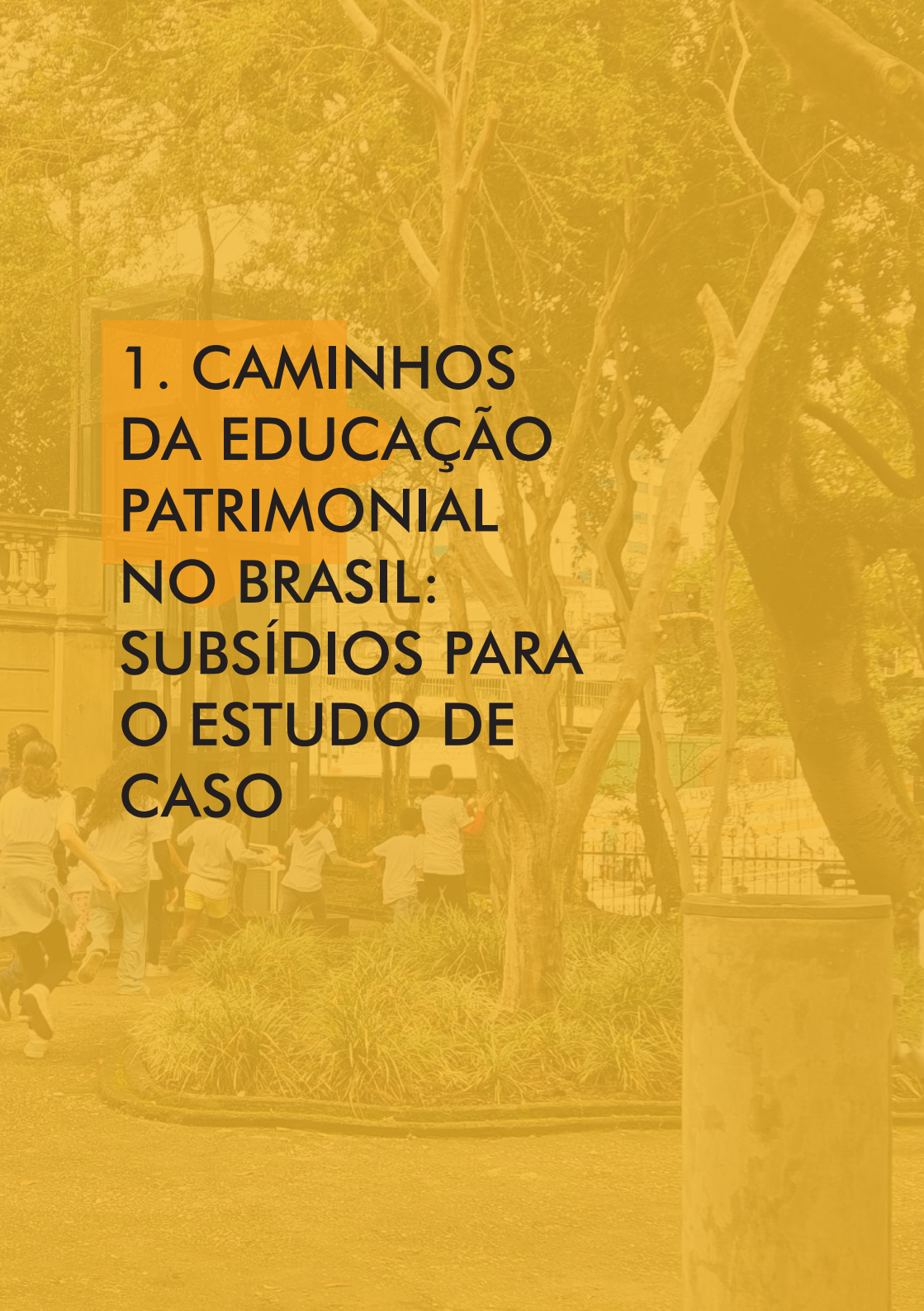
Para uma contextualização geral do tema de estudo, o primeiro capítulo apresenta um breve histórico da educação patrimonial no Brasil, desde a criação do IPHAN até as diferentes concepções metodológicas mais atuais, baseada na leitura de textos de autores como a professora doutora Simone Scifoni e o pesquisador João Demarchi, além de documentos como o próprio

Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro. Em seguida, no segundo capítulo, parte-se para o estudo do histórico da casa e suas preexistências, em uma divisão temporal pautada pela estadia de Yayá, visto que a potente narrativa de sua vida se funde com a própria história de resistência do imóvel.

O terceiro capítulo é um registro e reconhecimento do trabalho feito pela equipe educativa do CPC-USP na Casa da Dona Yayá, pontuando os principais desafios e iniciativas, chegando até a atuação no presente. Essa reconstrução é montada a partir de estudos feitos pelo pesquisador e especialista em laboratório da Casa, Gabriel Fernandes, a ex-vice-diretora do CPC, Simone Scifoni, entre outros participantes da trajetória da instituição, como os professores, Maria Cecília França Lourenço, Ana Lucia Duarte Lanna, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, José Tavares Correia de Lira, Mônica Junqueira de Camargo e Martha Marandino.

E enfim, o último capítulo é composto pelo relato pessoal do trabalho de campo realizado, a partir de visitas e acompanhamento das atividades em três ocasiões diferentes, e registros fotográficos representativos desse olhar. A concretização dessa etapa foi possibilitada e amparada pela equipe do CPC-USP; em especial,

a educadora Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz, documento vivo das experiências na Casa, Gabriel Fernandes e Isabela Garcia, que ofereceram máximas de acolhimento e colaboração com a autora e este trabalho, que sem tal apoio, não existiria.



1. CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DE CASO

A metodologia aplicada nas atividades feitas na Casa da Dona Yayá tem fundamento em um conjunto de transformações, discussões e reinterpretações de uma temática estabelecida no Brasil no século XX, a educação patrimonial. Entre as leituras analíticas sobre o assunto, destacam-se momentos e críticas estruturais de sua operação em âmbito nacional, portanto, é de interesse discursivo para o presente trabalho, apresentar um breve histórico do tema do patrimônio e suas vertentes, sendo a principal, a veia educacional, como apoio referencial para as reflexões realizadas.

Desde a criação do IPHAN, em 1937, - então denominado SPHAN - sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o tema do patrimônio apresenta uma grande variedade de interpretações e proposições. Dentre os objetivos do órgão, têm-se como principal: a conscientização sobre a existência e importância das construções mais relevantes para a memória brasileira e a necessidade de preservá-las, sob pretexto de um cenário de um constante desenvolvimento urbano e riscos frequentes de demolição.

Contudo, a leitura que se tem desse momento é da imposição de uma narrativa histórica que convinha às autoridades da época, estabelecendo um parâmetro patrimonial que exalta o passado colonialista e o que era relativo às elites. O apagamento

de grande parte da população e sua memória, seu cenário cultural e dos conflitos sociais que também compunham a história brasileira foi apresentado por João Demarchi (2020), em que recupera a teoria do “discurso autorizado do patrimônio”, da pesquisadora Laurajane Smith (2011), a qual apresenta as áreas e os conceitos nos quais eram baseados o reconhecimento de patrimônios relevantes, que eram; a Arqueologia e Arquitetura e dentro destas, a materialidade, a monumentalidade, a historicidade e a autenticidade e revela uma parcialidade academicista do processo, que acaba induzindo à decisões focadas na questão estética. Ademais, também desconsidera-se o envolvimento da população na construção desse mosaico patrimonial, portanto esta encontra-se envolvida e representada por uma história que não a inclui, respeita nem percebe suas vivências.

O campo da educação no âmbito do patrimônio não era considerado uma prioridade na administração do IPHAN na época de sua criação, muito do que se considerava parte desse processo era relacionado a ações educativas em museus e materiais informativos. O Projeto Interação, criado em 1981, foi uma primeira iniciativa de consolidar uma formação educativa baseada em identidades culturais brasileiras, porém a temática da educação patrimonial em si e o próprio termo foram de fato introduzidos no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu

Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1983, coordenado pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta.

Concluindo uma década marcada por acontecimentos cruciais para a área do patrimônio, a Constituição de 1988, introduz, no artigo 216, a noção de patrimônio imaterial e abrange novas interpretações do que pode se considerar patrimônio cultural. Na período subsequente, em 1999, é publicado o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que descreve a educação patrimonial como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) e decorre sobre a importância dessas experiências pedagógicas para se construir uma conscientização coletiva do histórico cultural nacional, da preservação e possibilidades de criação de novos conhecimentos.

Ademais, descreve o conceito como um “instrumento de alfabetização cultural”, como forma de demonstrar sua competência instrutiva, porém tal descrição gerou muitas críticas, como comentado por Cléo Pinto de Oliveira (2019), no artigo “*Educação patrimonial no Iphan: Análise de uma trajetória*”, pois o uso do termo “alfabetização”, implica na ausência de letramento cultural por parte

da população, delimitando o que se considera desse conhecimento apenas ao que é estipulado pelo Guia e por educadores do tema, desconsideram-se as trocas culturais que ocorrem em todos os grupos sociais.

Outra crítica a esse documento se dá em relação à associação fixa do termo “educação patrimonial” à metodologia apresentada pelo Guia, como discutido por Simone Scifoni (2017), a vinculação das propostas expostas ao termo, restringe a expressão de outros métodos de ensino e compreensão da temática.

Não obstante, entende-se o Guia como um produto de sua época, há um esforço de estipular um programa que forneça ferramentas para uma compreensão plena do objeto cultural e do patrimônio. Observa-se uma diligência em propor processos educativos e não apenas atividades pontuais, porém estes são pouco explorados e atêm-se à expressão “conhecer para preservar”, que, como explorado por Scifoni (2019), é um conceito datado e limitante, afinal associa as duas ações como subsequentes e retira as possibilidades interpretativas, tanto sob um viés educativo quanto político. A carência de estímulo à visão crítica do Guia tem respaldo no fato de suas diretrizes estarem vinculadas aos conceitos e movimentações do IPHAN entre os anos 30 e 80, portanto têm-se uma limitação

dos patrimônios considerados para estudo e uma prática educativa de “aquisição de conhecimento”, a transferência de informações por um locutor - o professor, educador ou responsável pela prática educativa - para o receptor, indo contra os preceitos educativos de Paulo Freire, que preconizava uma educação democrática, onde há a troca de conhecimento entre locutor e receptor. Como prática pedagógica, o Guia propõe quatro etapas de investigação do objeto cultural; primeiro têm-se a observação, depois o registro, em seguida a exploração e por fim a apropriação, como demonstrado no quadro a seguir;

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	<ul style="list-style-type: none"> • identificação do objeto/ função/significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) <u>Registro</u>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	<ul style="list-style-type: none"> • fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) <u>Apropriação</u>	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	envolvimento afetivo , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Quadro de etapas. Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial, 1999.

Percebe-se uma universalização das atividades, para que possam se adequar ao público ao qual serão destinadas; podendo incluir crianças, jovens, adultos ou idosos, o que é positivo ao se considerar a gama de experimentações que poderão ser desenvolvidas. Porém a falta de aprofundamento e parâmetros específicos faz com que, sem uma sólida orientação, o processo educativo não atinja suas potencialidades e perca a possibilidade de tornar-se transformador.

Após o Guia, o setor educativo entraria em evidência novamente em 2004, com a criação do GEDUC; Gerência de Educação Patrimonial, como forma de sistematizar, administrar e promover iniciativas, formalizando um âmbito de discussões e debates teóricos. Nos anos que se seguem, são realizados eventos, seminários e oficinas que mantêm o desenvolvimento do tema, contribuindo para sua democratização e ampliação de possibilidades.

Também são notáveis as iniciativas criadas neste século, como as atividades realizadas no Assentamento Milton Santos, os projetos educacionais do Estúdio Sarasá e as ações organizadas pela Universidade de São Paulo, inclusive as empreendidas na Casa da Dona Yayá, pelo CPC, todas buscando colocar em prática os preceitos da educação patrimonial e manter-se

continuamente atualizadas conforme a produção de avanços epistemológicos. Pode-se dizer que a educação patrimonial sofre constantes ressignificações em sua trajetória, especialmente nas décadas de 2000 e 2010. O período do governo da ex presidenta Dilma Rousseff apresentou grandes marcos nesse âmbito, com a publicação *Educação Patrimonial, Histórico, conceitos e processos* (2014), importante documento do IPHAN, que aborda inicialmente um histórico da temática no Brasil e em seguida identifica uma nova abordagem e seus princípios, relatando as iniciativas governamentais em concordância com tal metodologia. Esse escrito documenta o progresso feito em benefício de um entendimento e aplicação mais democráticos da educação patrimonial, ampliando também o seu campo de atuação, para que possua um caráter cada vez mais participativo e inclusivo, agregando diferentes grupos sociais e suas expressões culturais; é estabelecido que;

“Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural”. (IPHAN, 2014, p.19)

Os princípios descritos pelo exemplar constata a importância da aprendizagem coletiva, destacando o exercício do ensino como uma troca, cuja participação de toda a comunidade é essencial, alinhando-se com os preceitos de educação dialógica de Paulo Freire. Também afirma o território como elemento educativo, demonstrando a necessidade de apropriação dos lugares de vivência para identificar diferentes manifestações culturais presentes no próprio cotidiano da população.

Um ponto de grande relevância do documento é o reconhecimento da questão política inserida na discussão de patrimônio e educação patrimonial; a interferência causada pela

desigualdade presente nas camadas sociais em todo o processo, seletivo e educacional, promove um cenário conflitivo no debate sobre o que compõe o inventário cultural e patrimonial do Brasil.

É destacado, também, o papel das instituições públicas de mediar as conversações e indicar as variadas ferramentas de reconhecimento das referências culturais de cada comunidade. Esta última atribuição teve como expressão a publicação de 2016 do IPHAN, *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*, fruto da colaboração entre o Programa Mais Educação e o Ministério da Educação (MEC), organizada como uma referência para introduzir a população à temática patrimonial e torná-la não apenas uma participante mas agente ativo na identificação e composição dos seus inventários culturais, presentes no local onde vivem.

O chamado “inventário participativo” possui como objetivo; “propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações” (IPHAN, 2016, p.6), iniciando, assim, um exercício de sensibilização à questão patrimonial, além de incentivar as trocas culturais, entre diferentes gerações, saberes e costumes e estabelecendo uma ferramenta de conhecimento duradoura para futuras reflexões.

O caderno apresenta as etapas de investigação, desde as primeiras observações, até a documentação em diferentes fichas, elencadas como; ficha de projeto, do território, das categorias (lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes), das fontes pesquisadas, do relatório de imagem e do roteiro de entrevista, cada categoria é devidamente explicada no decorrer das páginas. É um documento de ampla aplicabilidade em diversas esferas; escolar, comunitária, familiar e acadêmica e sua importância é bem definida por João Demarchi;

“Com esse instrumento é criada a possibilidade de fortalecer a democracia, reconhecendo seu inerente campo conflitivo, e é proposta outra epistemologia por meio da EP, ao criar outros métodos de se apreender a realidade. A partir disso, surgirão outras narrativas e outros patrimônios que consolidarão a memória como um direito social.” (DEMARCHI, 2020)

Ambos os documentos são citados na Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que se firma como um significativo respaldo para as novas práticas da educação patrimonial, instituindo diretrizes que incentivam a participação da população nas ações educacionais, a integração destas no cotidiano desses grupos, a ideia da apropriação de espaços como territórios educativos e concebem a temática como integrada à um cenário politizado, suscetível a conflitos de interesses, mas também passível de

integração, a partir de políticas públicas, com áreas relacionadas, como turismo, sustentabilidade, saúde e desenvolvimento urbano.

Essa leitura reformada da educação patrimonial, que se apoia na participação social e em um exercício politizado, cria pilares para a construção de uma epistemologia que tem como um de seus grandes objetivos, a democratização da temática patrimonial. Fundamentando-se nessa reestruturação, surge uma demanda de pensar em novas formas de aplicação da educação patrimonial, que desempenhem a universalidade e ampla acessibilidade requeridas, Scifoni (2017) discorre sobre as possibilidades de atividades que representem esse novo momento e aponta como proposta a utilização de objetos pessoais que resgatem lembranças como uma base de entendimento sobre temporalidades, memória, perdas e preservação daquilo considerado sagrado para cada indivíduo.

A partir da implantação dessa fagulha inicial, aplica-se a metodologia para espaços e construções igualmente estimados e assim desencadeia uma discussão didática, pautada na troca de conhecimentos. O Centro de Preservação e Cultura sediado na Casa da Dona Yayá, objeto de estudo deste trabalho, apresenta-se como um claro exemplar desses caminhos da educação patrimonial, visto que seu

histórico de atuação é paralelo aos desenvolvimentos discursivos da temática, acompanhando-a em suas mudanças, desafios e evoluções. Ressalta-se o trabalho atual de atividades voltadas ao público infantil feito na Casa, onde navegam pelo passado e memória a partir de movimentos do brincar, imaginar e sonhar.



2. A CASA E DONA YAYÁ

A memória sobre um local ou espaço reside nas interações sociais ali vividas e reconstituídas conforme estudos, coletas de registros e depoimentos de contemporâneos de cada época. É de significativa importância a recuperação destes momentos para a preservação da história e sua contínua propagação entre gerações, chegando até as mais juvenis, para que estas compreendam para além do espaço construído, mas também a simbologia de tudo que o envolve. É sob tais impressões, que aqui se pretende reconstruir a narrativa do casarão da rua Major Diogo, com história de Sebastiana de Mello Freire, a Dona Yayá, dado que ao longo das pesquisas e leituras sobre estes personagens, é perceptível sua indissociabilidade; entende-se a trajetória do imóvel como um antes, durante e depois da morada de Yayá.

Para a construção do capítulo, foram indispensáveis os trabalhos de investigação das pesquisadoras Marly Rodrigues, Regina Tirello e seus colaboradores, que reuniram dados e estudos notáveis a respeito da Casa e de sua ilustre moradora, essenciais para a sua compreensão histórico-cultural e sua inserção no campo do patrimônio. Ademais, os textos da publicação póstuma de 1950, do sociólogo francês, Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*, contribuíram para um entendimento da memória como uma expressão coletiva e social e substanciou a compreensão das

diferentes fases históricas da Casa junto a seus contextos perante as transformações sociais, esforços essenciais para o estabelecimento da narrativa a ser rememorada, compartilhada e utilizada como base para decisões acerca do seu uso e funcionalidade no final do século XX e início do século XXI. Nas palavras de Halbwachs;

“[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.”

(HALBWACHS, 1950, P. 143)

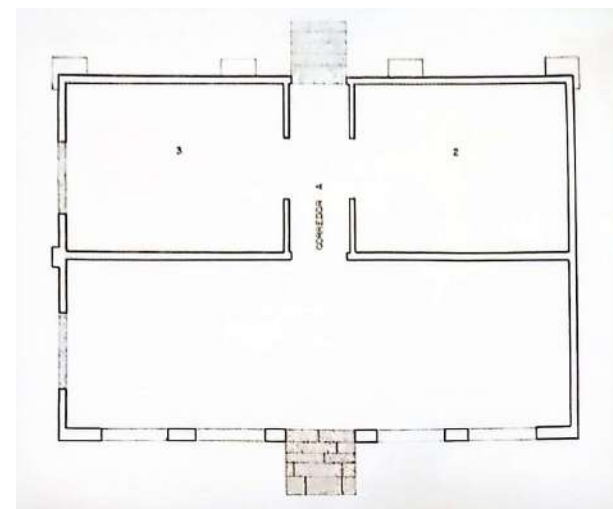
O ANTES

Assim como se pretende elencar os momentos da Casa a partir da vida de Dona Yayá, nesta primeira parte, que precede sua estadia, os tempos apresentar-se-ão relacionados a cada proprietário e seus respectivos contextos no histórico bairro do Bexiga. Os primeiros registros do casarão correspondem aos anos de 1880; nessa época, o Bexiga se consolidava como uma região de ocupação heterogênea, devido à presença de variadas classes sociais e imigrantes de diferentes etnias.

Os europeus eram parte integrante do fazer arquitetônico e responsáveis pela construção de residências da elite paulistana e o estabelecimento de linguagens com derivações do classicismo, tanto na escala do bairro quanto na cidade. O loteamento e expansão do Bexiga, promovido por Antônio José Leite Braga, importante comerciante, são registrados na Planta da Cidade de São Paulo, feita pela Companhia Cantareira em 1881, em que também se evidencia um dos primeiros registros cartográficos da Casa, a forma retangular assinalada no mapa a seguir.



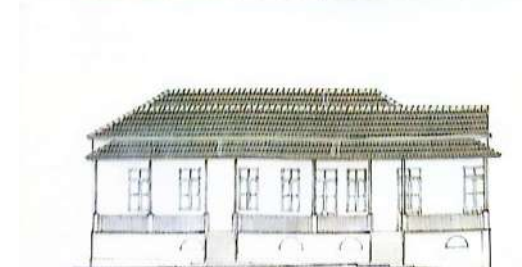
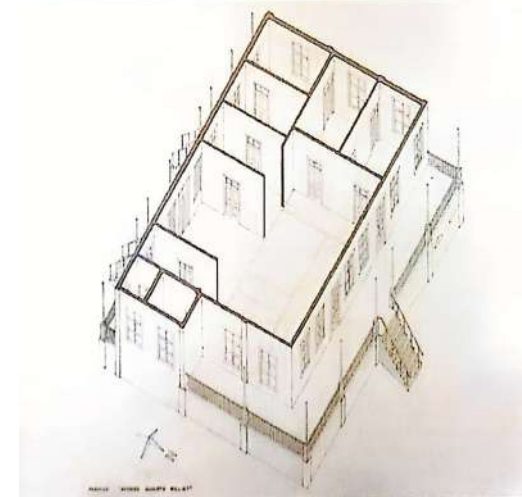
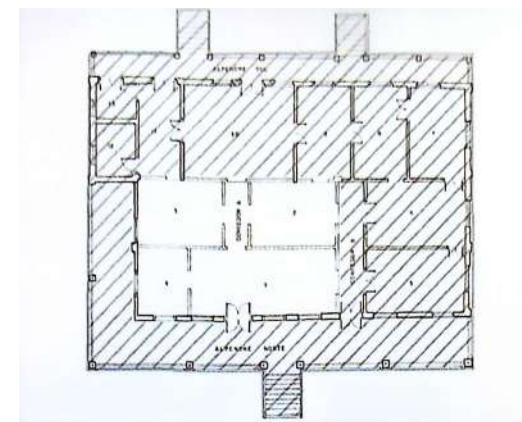
Em 1888 sua configuração arquitetônica era descrita como um “chalé de habitação” e seu primeiro proprietário era José Maria Talon, como identificado na escritura de transferência da propriedade de Talon ao segundo proprietário, Afonso Augusto Milliet. O estudo apurativo coordenado por Regina Tirello, em 1988 identificou estruturas de tijolo, que correspondiam à tal configuração originária, estabelecendo um ponto de origem da reconstituição histórica e memorial do imóvel. Contribuindo com a pesquisa, o professor Antônio Luís Dias de Andrade orientou os estudos das fundações da casa, que resultaram na descoberta de evidências estruturais e permitiram o delineamento dos espaços do antigo chalé, que comportava três cômodos e um pequeno corredor central.



Planta do chalé de José Maria Talon. Fonte: A Casa de Dona Yágy, 1999, Edusp.

O trabalho também identificou paredes, que se conservaram através dos anos e consecutivas reformas, e árvores frutíferas no jardim, que certificam a qualidade rural do lote e o aspecto de chácara, característica dos loteamentos à época. Assim, inicia-se a compreensão da Casa como uma referência arquitetônica da virada do século XIX ao XX e suas conseqüentes transformações urbanas.

O sucessor de Talon na posse da Casa foi Afonso Augusto Milliet, residente entre 1888 e 1902, e responsável pela primeira ampliação do chalé, transformando-o em uma casa de habitação, nas palavras de Tirello (1999). A reforma acompanha os desenvolvimentos da arquitetura residencial burguesa da época e se reestrutura como um amplo casarão, de estimados 13 cômodos, estes compatibilizados com a estrutura do chalé de tijolos, conforme resultado da pesquisa de Tirello; que descreve as novas atribuições de cada espaço, destacando-se a transformação dos antigos cômodos em salas de visitas, conectadas à uma nova e espaçosa sala de jantar pelo corredor preexistente.



Planta, perspectiva e fachada da habitação de Afonso Augusto Milliet. Fonte: A Casa de Dona Yayá, 1999 Edusp.

Além de recuperar as ampliações feitas, o extenso trabalho de Tirello também resgatou as diferentes camadas de revestimento da Casa e relacionou-as a cada morador e suas respectivas reformas. Durante as visitas à casa, pôde-se observar os resultados do trabalho de Tirello; ao adentrar cada cômodo da casa, as suas diferentes fases se mesclam e conferem uma riqueza à experiência, pois é possível, concomitantemente, admirar as gravuras parietais do início do século XX, examinar as adaptações feitas para a estadia de Yayá e perceber a conformação espacial definida no período de Milliet.

Complementando o exercício visual, ao entrar na sala de jantar e contemplar as paredes decoradas, nota-se em seu topo, estruturas de tijolo remanescentes do chalé de Talon. As estratigrafias cromáticas realizadas na pesquisa associaram as primeiras configurações parietais ao período de Milliet, que, em conformidade às tendências contemporâneas, associava as decorações murais ao programa da casa; os cômodos mais refinados dispunham de gravuras sofisticadas e cada espaço era composto por uma cor predominante, respaldando tal identificação.



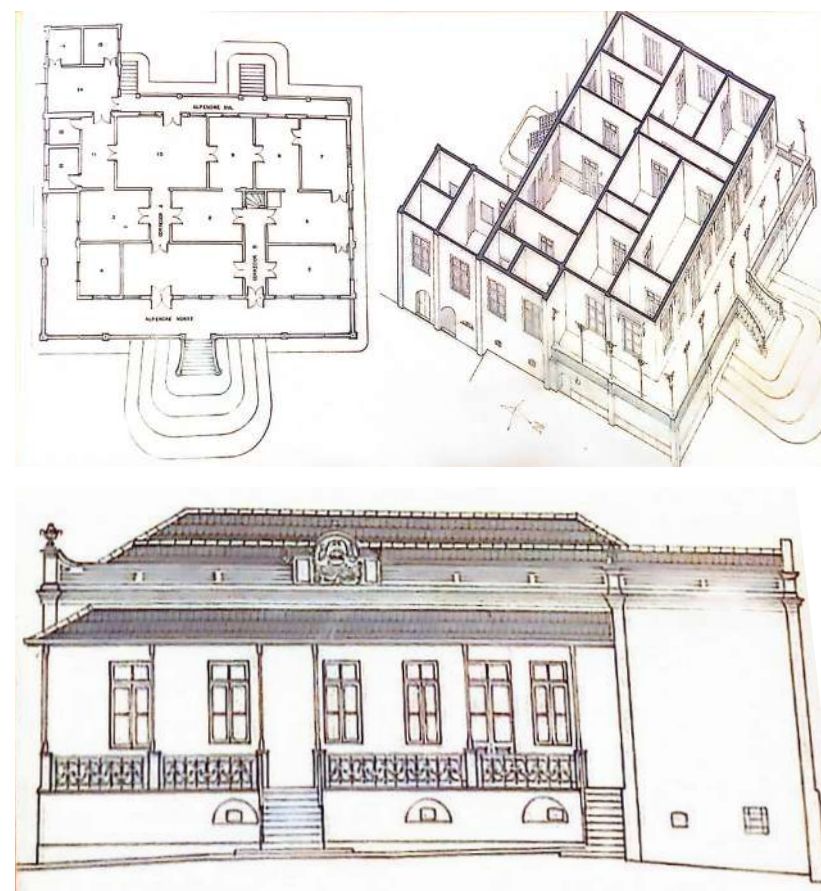


Apesar do requinte imposto por tal reforma, Tirello destaca a simplicidade do trabalho de pintura realizado; “tratam-se de pinturas de execução fácil, realizadas em sua maioria com moldes vazados, daqueles feitos em série, prensados em chapas especiais de zinco” (TIRELLO, 1999).

A conformação arquitetônica que compõe a maior parte da estrutura atual do casarão foi realizada por seu terceiro proprietário, o comerciante João Guerra. O medalhão com a inscrição “1902”, que adorna a fachada norte, representa o ano em que a transferência da propriedade ocorreu e é um vestígio da temporalidade de permanências e mutações transcorridas no imóvel. Como Tirello discorre em sua pesquisa, havia uma predisposição das camadas mais altas, residentes do Bexiga à época, em dispor suas propriedades como se fossem uma vitrine de sua posição social, portanto, seguindo tal ordem, Guerra realizou reformas na Casa, adequando-a a um vocabulário mais urbano e moderno (TIRELLO, 1999).

O elemento incorporado de destaque é a fachada neoclássica, um amálgama dos dois preceitos do habitar no período; a reprodução de estilos advindos da Europa e a ornamentação do exterior do imóvel, distinguindo-se das construções operárias existentes no bairro. Outra relevante alteração é o acréscimo do anexo com os cômodos

de serviço na face sul, rompendo o formato quase simétrico da edificação.

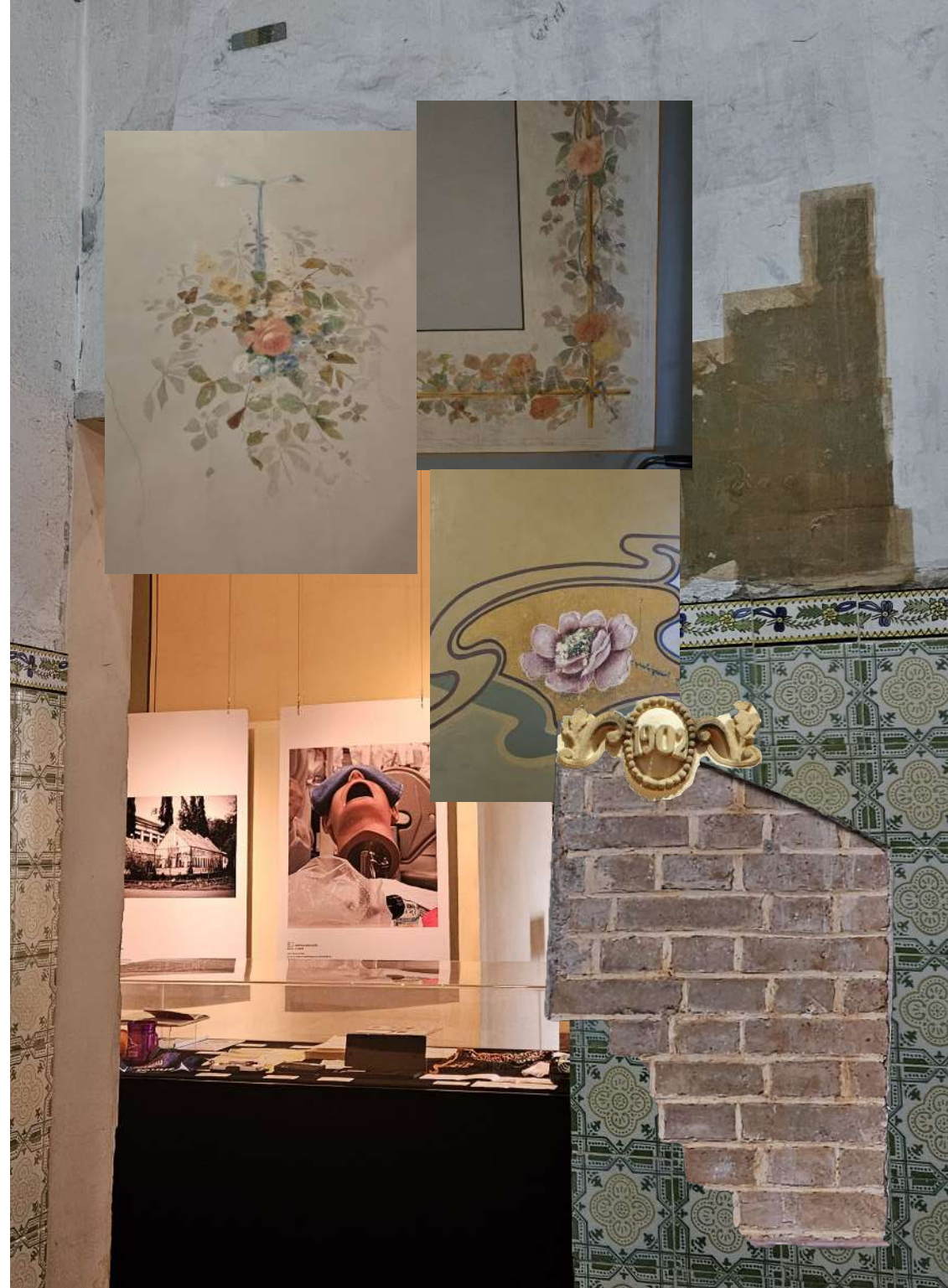


Planta, perspectiva e fachada do casarão de João Guerra. Fonte: A Casa de Dona Yayá, Edusp.



No que concerne às decorações parietais, o período de Guerra adquire uma sofisticação técnica e estilística quanto ao trabalho realizado por Milliet, respaldada não apenas no patrimônio mais expressivo do primeiro, porém também nos avanços de técnicas, materiais e o aperfeiçoamento de um número cada vez maior de profissionais da área. (TIRELLO, 1999, p. 127). Gravuras com inspiração do Art Nouveau, com contornos curvilíneos e motivações florais revelam o trabalho de uma mão de obra composta em grande parte por imigrantes, que materializavam as influências europeias nos seus ofícios.

Guerra foi o último proprietário antes da instalação de Yayá, que viria a ser locatária da Casa em 1921 e posteriormente proprietária, em 1925. Os registros dos quadros históricos do morar neste terreno demonstram uma antologia de memórias e vivências de famílias que, apesar de precederem o capítulo mais cognoscível do imóvel, também compõem a historicidade e o valor cultural agregado dessa construção. Evidencia-se, então, a importância de estudos como o de Marly Rodrigues, Regina Tirello e tantos outros pesquisadores, incluindo a equipe do CPC-USP, que, a partir de todas suas iniciativas de preservação e divulgação deste lugar de memória e suas narrativas, estabelecem uma prática contínua de criação de novas memórias a partir do contato com as lembranças do passado.





A PASSAGEM DE YAYÁ

Após o conhecimento adquirido sobre a figura de Sebastiana de Mello Freire, faz-se não apenas necessário, mas fundamental contar sua história desde o começo, para melhor compreender o histórico de adaptações da Casa até sua transformação em sanatório particular e principalmente registrar relatos da vida de uma mulher, que antes de ser Dona Yayá, a figura misteriosa da Casa, o símbolo da luta antimanicomial e da luta feminista - partes formadoras e essenciais de sua história vivida e póstuma - era Sebastiana, uma jovem que ficara órfã precocemente e que teve de se acostumar com a perda desde muito cedo; não obstante, permanece caridosa e acolhedora para com suas cuidadoras e companheiras de vida.

Neste momento, cabe destacar os suportes históricos e investigativos de sua vida, que nortearam esta parte do trabalho; o livro *A Casa de Dona Yayá*, de 1999, que contém os escritos de Marly Rodrigues, Helena Marzano Grant e Francisco Ornellas, fundamentais para o conhecimento dos universos de Yayá, a exposição organizada pelo CPC-USP, “Yayá cotidiano, feminismo, doença, riqueza”, que trouxe novos olhares sobre sua história, com apoio em uma pesquisa substancial feita pela equipe do

com apoio em uma pesquisa substancial feita pela equipe do educativo e descrita pelas professoras Martha Marandino e Simone Scifoni no texto *“Por dentro da exposição: outros olhares sobre Yayá”* (não publicado), e uma conversa realizada com a professora Simone, na qual discorre sobre o processo investigativo e as descobertas feitas. Assim como as referências citadas cumprem o papel de perpetuar a memória de Sebastiana, espera-se deixar como registro uma lembrança humana e sensível de figura tão ilustre como foi Yayá.

Nascida em 21 de janeiro de 1887, Sebastiana de Mello Freire era filha de Josephina Augusta de Almeida Mello e Manoel de Almeida Mello, formado em direito e atuante na política brasileira, descendia de proprietários de terras, localizadas principalmente em sua cidade de origem, Mogi das Cruzes. Ambos falecem em 1900, deixando Yayá - como era chamada Sebastiana - órfã com 14 anos e posteriormente, única remanescente de sua família, após o último irmão que restara, Manoel, partir em 1905. Portanto, desde seus 19 anos, Yayá desbrava a vida com o peso de tantas perdas e de ser a única continuidade de sua família e, por conseguinte, beneficiária de toda a herança.

Evidentemente, tais eventos viriam a contribuir para sua gradativa fragilidade mental. Contudo, sua enfermidade não

é definidora de sua trajetória. Yayá teve uma vida de aptidões, interesses, afinidades e amizades, especialmente com a família Grant. Os laços duradouros de amizade, cuidado e afeição entre Yayá e os Grant teve início com seus avós, que eram amigos de Caetana Grant de Oliveira, que viria a ser escolhida madrinha de batismo de Sebastiana e futuramente sua responsável junto ao tutor designado, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins após a morte de seus pais. Na época, Nhá Caetana deixou Mogi e se mudou para a residência da família Mello Freire, na Rua Sete de Abril, nº37 junto às suas sobrinhas, Elisa e Georgina Grant, grandes amigas de Yayá, cujo zelo e companheirismo foram vitalícios.

As cartas apresentadas no texto de Helena Grant, expressam o afeto mútuo que havia entre essas mulheres; Yayá conta de sua experiência escolar e pede pela permanência de Nhá Caetana em uma das correspondências. Em outra, parece redigir uma verdadeira conversa para com Maria Georgina, perguntando-lhe sobre seu noivo, pedindo-lhe para que escrevesse de volta e sempre mencionando também, Eliza Grant. Entre a leitura desses escritos, um em particular se sobressai, por seu caráter confidencial e sinceridade comovente de sua mensagem. O trecho apresentado a seguir, retirado do diário de Yayá, faz ressurgir a dura realidade intrínseca de sua vida: a falta de seus pais,

“Segredo da minha alma
Com o rosto escondido nas mãos sufocada em fronte julgaria
ouvir o eco das vozes e soar de novo aos meus ouvidos, as vozes
melancólicas de meus Saudosos Pais dizendo-me “Tu és noiva do
Anjo do teu sonho”
[...] Isolada dos meus carinhosos pais tive saudade e chorei.”
(Trecho extraído do diário inédito de Sebastiana de Mello Freire.
Coleção Particular, sem data de identificação apud. GRANT,
1999, p.65)

Como forma de atenuar a dor que a acompanhava, Yayá amparou-se na religião. Sua religiosidade tem princípio em seus anos escolares, durante a maior parte dos quais frequentou o Colégio Nossa Senhora de Sion, onde conheceu grande parte do seu círculo de amizades e sua mentora espiritual, a freira Mère Amedée. Devota de São José, Yayá reservava todo dia 19 do mês para distribuir comida e dinheiro aos mais necessitados, demonstrando uma de suas facetas mais notáveis, a da caridade.

Os recipientes de sua generosidade variavam desde obras e instituições religiosas, a classe artística - de quem comprava quadros e oferecia apoio - até suas amizades mais próximas, como no caso de Rosa Masullo, filha de Sá Raquel e Elisa Mello Freire, filha de Maria Georgina Grant, afilhadas de Yayá e por quem nutria grande carinho, findando a criá-las como suas próprias filhas em sua casa. A sociabilidade de Yayá era restrita a seus conhecidos mais íntimos e

familiares, que frequentemente a visitavam em seu lar. Tinha hábitos discretos e saía pouco, normalmente em seu Chevrolet, pelas ruas de São Paulo ou viajava com suas companhias costumeiras à praia ou à fazenda de Guararema. Sobre seus interesses, sabe-se que passava muito tempo no estúdio de fotografia em sua casa e prezava fazer registros de sua vida e daqueles com quem convivia, incluindo seus estimados poodles, Fifi e Blanchete.

No tocante ao amor em sua história, nada se sobressai acerca de sua vida afetiva, apenas um breve comentário sobre uma paixão não correspondida pelo aviador Edu Chaves. O que se evidencia é uma existência cercada de um amor genuíno de suas amigas, peças importantes na fase a seguir e essenciais para sua longevidade, fator que a tornaria símbolo de resistência. (LOURENÇO, 1999, p. 16).

Doravante a narrativa se afunila às questões de saúde de Sebastiana e o início de sua história com o casarão da Rua Major Diogo. No decorrer dos anos, fabricaram-se diversas interpretações e abordagens sobre seu diagnóstico e sua vivência na Casa. Houve momentos em que tratava-se de uma tragédia, o triste conto de uma influente mulher que sucumbira à loucura, ou um conto de terror, principalmente na época em que o imóvel encontrava-se fechado e abandonado, até os tempos mais atuais, em que se

questionam os métodos utilizados para a avaliação de seu estado mental e o quanto estavam associados ao fato de ser uma mulher rica e solteira, contrariando as expectativas da sociedade.

Os diferentes olhares mencionados são marcos da temporalidade de uma memória construída por diferentes grupos sociais, evocando os escritos de Halbwachs, que definia a formação da memória coletiva a partir dos “quadros sociais” - conjunto de memórias individuais dessas diferentes coletividades (WEBER, PEREIRA, 2010, p.107). Essas lembranças permanecem sujeitas a sucessivas revisões, que através de novas descobertas e interações sociais, sustentam um trabalho constante de resignificação.

A conversa com a professora Simone Scifoni foi esclarecedora nesse sentido, pois ao recontar o desenvolvimento da pesquisa da equipe do CPC-USP para a produção da exposição, concluiu-se que a história do lugar e sua moradora não poderia ser resumida a perspectivas de terror, tragédia ou equívocos, mas sim, de amor; é um lugar marcado pela dedicação integral de um grupo de mulheres ao cuidado de uma mulher enferma. Portanto, apesar do trecho a seguir ater-se aos acontecimentos factuais e às reformas realizadas na Casa, a intenção é que prevaleça uma memória alicerçada na amizade entre essas senhoras e na potência da vida de Yayá.

Em 1914, Yayá viaja para a Europa acompanhada de Eliza Grant, Hadjine Krug e Rosa Masullo e ao retornar, é acometida pela gripe espanhola, que se alastrava por São Paulo naquele período. É o princípio de uma série de problemas de saúde que se seguiriam. Os primeiros sinais de transtornos mentais aparecem em 1918, quando em crise, escreveu um testamento, sem validade, e distribuiu as suas jóias entre as moradoras de sua casa, que mais tarde foram recuperadas e guardadas por sua afilhada Rosa. Em 1919, sofre novamente uma crise, porém mais grave, que resulta em uma tentativa de suicídio.

Diante de tal estado agravante, é internada no Instituto Homem de Mello e posteriormente no Hospital Instituto Paulista, onde é examinada por uma junta médica, que constata debilidades físicas e prescreve atividades moderadas ao ar livre e dietas específicas. Considerando sua disponibilidade de recursos, os médicos julgaram razoável a transferência da paciente a um aposento particular, onde pudesse receber um tratamento adequado às exigências de seu estado. Seu tutor, Albuquerque Lins, então, providencia a readequação dos cômodos do número 353 da rua Major Diogo, para onde Sebastiana é levada em julho de 1920.

Convém comentar sobre a reação da sociedade perante tais acontecimentos, que, na concepção de Marly Rodrigues, se

interessava pelo caso devido à uma curiosidade e pela atração por tragédias, principalmente por envolverem uma integrante da alta sociedade com uma temática tão controversa na época, como a loucura. Esse comportamento era extensivamente alimentado pelas publicações sensacionalistas do jornal *Parafuso*, que incitou uma verdadeira “caça às bruxas” à família Grant e Albuquerque Lins, ao insinuarem que esses indivíduos estavam se aproveitando da debilidade de Yayá e se interessavam apenas pela sua herança.

A difamação era constante e ocasionou diversas perturbações aos moradores da casa, além de contribuir para a construção de uma imagem de assombro e sofrimento associados ao imóvel, no imaginário público. As reivindicações e o tão comentado interesse pela herança de Yayá vieram de sua própria família; seus primos de Mogi reclamavam suas posses e propriedades, alegando a incapacidade dos curadores responsáveis e partindo de uma preocupação com o patrimônio que porventura seria herdado por eles.

A ruptura entre sua vida passada e sua presente angústia não poderia ser mais pungente. Os amigos que antes eram constantes presenças em seus aposentos, deixaram de visitá-la; sua vista passou a ser a uma pequena janela que dava para os outros cômodos, seus passeios limitados a corredores internos e

não mais dispunha de comando de sua própria vida, que passou a ser deliberada por médicos, curadores e especialistas. O mínimo resquício de sua antiga realidade é a manutenção de alguns hábitos, como mencionado por Marly Rodrigues (1999); a preparação de doces, as atividades de trabalho manual das moradoras da casa e o jantar de celebração do aniversário de Yayá, sem a participação da aniversariante. À Yayá restaram, portanto, a presença das fiéis amigas e a contemplação da passagem do tempo.

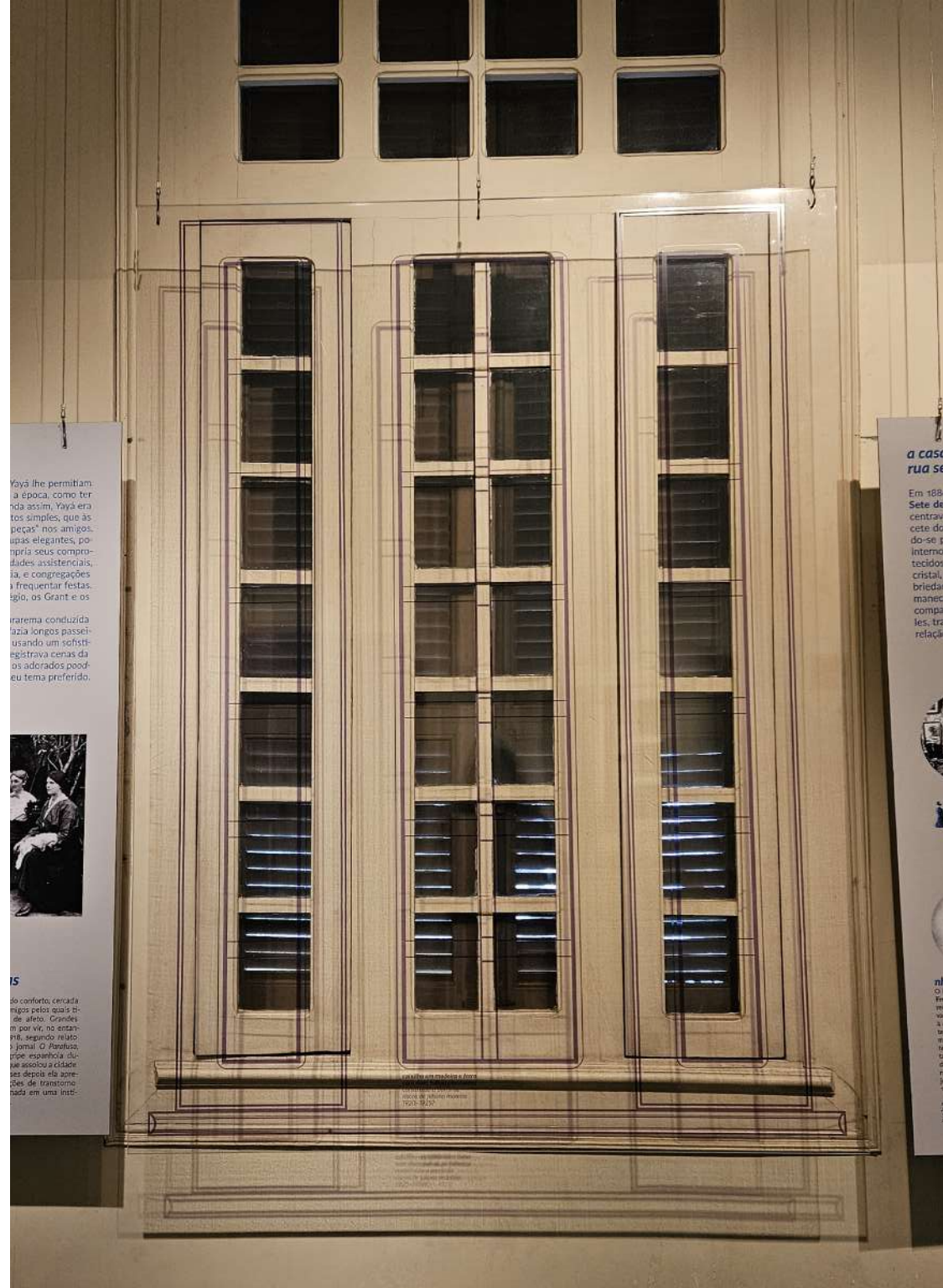
Conforme as avaliações médicas eram realizadas, cada profissional receitava as mudanças necessárias a serem feitas para a segurança da paciente, tendo como base principal de referências, os hospícios espalhados pelo país, que asseguravam o isolamento do considerados loucos da sociedade “normal”. Apesar da aflitiva situação de Sebastiana, há de se considerar o seu privilégio em poder se instalar em uma edificação acomodada apenas para si, tendo o cuidado integral de pessoas conhecidas e por quem era afeiçoada; em contrapartida, a maioria da população neurodivergente era alocada para instituições psiquiátricas afastadas, cujo tratamento era muitas vezes controverso.

As primeiras recomendações para o novo espaço de morada de Yayá foram feitas pelo Dr. Primitivo Sette, que, observando um

comportamento mais agressivo da paciente, priorizou a segurança como fator determinante de suas indicações. Para tanto, os dois cômodos utilizados por Yayá foram transformados em espaços completamente asseados e neutros, isentos de quaisquer estímulos ou elementos que poderiam oferecer risco à sua integridade física.

Os colchões foram substituídos por tapetes, lençóis por toalhas de banho, as louças e talheres foram trocados, sua cama fora fixada no chão, o piso anteriormente de madeira foi trocado por corticite e as paredes foram pintadas com tinta esmalte branca, até a altura das portas. Ao iniciar sua pesquisa, Regina Tirello encontrou estas mesmas paredes alvas, representativas da época do lar-sanatório e a partir destas realizou as prospecções cromáticas que recuperaram os trabalhos decorativos referentes aos antigos proprietários.

Destaca-se a intervenção proposta pelo Dr. Juliano Moreira, referência na área psiquiátrica, de remodelação das janelas, que passaram a ser compostas por caixilhos de ferro, com vidros duplos e abertas apenas pelo lado de fora. O imóvel foi se transformando em um constante lembrete das condições de sua moradora e a representação do que restou de seu passado - o vazio preenchido por vozes distantes e pequenas frestas de contato com o exterior. Conforme era constatada a perdurabilidade do estado enfermo



Yayá lhe permitiam a época, como ferida assim. Yayá era tos simplés, que às peças nos amigos, upias elegantes, própria seus compradas assistenciais, ia, e congregações frequentar festagig, os Grant e os irarrema coneluzida lazia longos passei-usando um sofistic-egistrava cenas da os aderados possi-eu tema preferido.



15

do conforto, certidã magis pelois quas- tude afeto. Crisódes m por vir, no sentam- pili, segundo relato- y jamal. O Paratusa, ripe espanhola ilu- que assicou a cidade- ser depois ela apre- ções, de transtorne- nado em uma insti-

Uma janela em madeira e ferro
desenhada por Juliano Moreira
para o Hospital de São José
em São Paulo, década de 1920.

a casa
rua se

Em 1886,
Sete de
centrava
cete dos
do-se pi
internos
tecidos
cristal,
bridade
maneco
compa
les, tra
relação



nh
O in
Fria
est
va e
a A
tava
mã
le
tal
do
no
pre
e

de Yayá, as decisões tomadas embasavam-se na previsão de uma permanência longa, portanto, em 1925, o imóvel foi comprado e por recomendação do Dr. Ovídio Pires de Campos, o dormitório de dona Yayá foi transferido para a sala de visitas, um cômodo mais amplo e com maior entrada de luz solar. Nota-se um primeiro movimento de abertura, após tantas alterações confinantes.

Dr. Ovídio também sugeriu a construção de um banheiro no terraço, facilitando a comunicação e acesso entre os espaços e o levantamento de um muro, motivado pela proteção de Sebastiana contra a vigilância da população local. Partindo da reflexão imposta por Rodrigues (1999), surge a indagação dos parâmetros utilizados para as tomadas de decisões, como a própria construção do muro, se eram motivadas tão somente pela proteção e segurança de Yayá, ou se também tinham como proposta escondê-la o máximo possível da sociedade, poupando eventuais desarranjos do cotidiano local.

Do lado de fora da casa, o assunto se desenvolvia e avançava conforme a discussão se ampliava, porém no seu interior, manteve-se a mesma conduta durante toda a existência da moradora, com eventuais ensaios de liberdade e contato com o exterior. Em 1952, seu outro curador, Dr. Luiz Antonio Figueiredo, a fim de oferecer maior dinamismo ao enfadonho cotidiano de

Yayá, indicou a disposição de equipamentos de rádio e TV e a concepção do solário, ambiente-símbolo da passagem de Yayá pela casa, não apenas pela imponência de sua estrutura, mas por toda a sua carga histórica e suas futuras ressignificações. O caráter paradoxal do ambiente, que teria o objetivo de ampliar o mundo de Sebastiana, mas mantendo-a, ainda, confinada entre paredes foi pauta de muitas discussões a respeito da carga histórica que a infraestrutura carrega, chegando até a correr o risco de ser demolido, por romper a fachada neoclássica e descaracterizar o imóvel, retirando sua qualidade representativa do habitar em São Paulo.

O anexo prevaleceu e é parte integrante e fundamental dos processos educativos realizados na Casa, além disso, também expandiu suas finalidades e em atividade organizada pela equipe do CPC-USP, transformou-se em uma piscina de bolinhas para o público infantil, acumulando mais uma camada de significações, que agora incluem a criação de memórias do brincar na cidade. Sebastiana de Mello Freire, dona Yayá, senhora do casarão, falece em 1961, aos 74 anos, após persistir e resistir a tantas adversidades, julgamentos e cobiças. Suas amigas lhe acompanharam até o fim. E mesmo após 63 anos de sua morte, sua história ainda surpreende, emociona e traz reflexões, mantendo-se pauta de diversos debates que enriquecem a temática da memória e do

patrimônio. A importância do legado de Yaya é incontestável e está enraizado nas mais diversas questões, como a luta antimanicomial e a luta feminista. Nas últimas duas décadas, alcança o público infantil, a partir do oferecimento de atividades na Casa, que não apenas esclarecem sobre a sua relevância para a temática patrimonial, mas também utilizam a história de sua ilustre moradora como forma de sensibilizar as crianças sobre toda a sua vivência.



O DEPOIS

Decorrente da ausência de herdeiros diretos, parte de seus bens foram doados como herança jacente à Universidade de São Paulo, incluindo a propriedade da rua Major Diogo, cuja transferência se concluiu apenas em 1969. Se antes a luta era pela proteção e conservação da vida de Yayá, agora os esforços se realinham para preservar a sua morada, guardiã das memórias e transformações do Bexiga.

Entretanto, embora a complexidade histórico-cultural inerente ao imóvel lhe confira uma alta apreciação e valorização no âmbito patrimonial, também o insere em um campo de disputas, onde variadas proposições para seu uso se apresentam e, por consequência, dificultam o andamento de resoluções de restauro, que além disso, ainda enfrenta uma desfavorável situação financeira. Nesse ínterim, a casa permanece vacante.

O depoimento dos arquitetos Lúcio Gomes Machado e Eduardo Rodrigues ao livro sobre a edificação, indica que esta “era tratada como uma casa velha, e segundo soubemos, alugada em condições obscuras, tendo funcionado nela algo próximo a

um cortiço e posteriormente o escritório de uma associação de bairro” (MACHADO, RODRIGUES, 1999, p. 156). Tal circunstância favoreceu a formação de um véu de misticismo e obscuridade sobre o casarão, criando um distanciamento com a população local na época.

Há vestígios desta associação até os dias atuais, inclusive ocasionando, por vezes, o chamado “turismo de terror”. Há um esforço, porém, do programa educativo vigente de combater esse olhar, substituindo-o pelo estímulo à curiosidade infantil e ao diálogo sobre a verdadeira história da dona Yayá. A década de 80 é marcada pela grande movimentação no tocante à casa e suas resoluções. Visando sua preservação e amparo legal, intensificam-se as discussões e iniciativas concernentes ao tombamento pelos órgãos responsáveis e sobre os possíveis embasamentos para a deliberação.

Em 1982, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) iniciou o processo de tombamento, fundamentando-se nos valores construtivos do casarão e na sua classificação como referência arquitetônica dos vestígios do habitar de um período marcante para a história da cidade de São Paulo. É interessante pontuar o paralelismo das movimentações acerca da Casa de Dona

Yayá e os avanços da temática patrimonial nacional, discutidos no primeiro capítulo deste trabalho, em que são evidenciadas as progressivas considerações sobre a democratização do patrimônio e suas finalidades, conferindo maior importância a processos de caráter social, pedagógico e participativo.

Como exemplares, tem-se o Projeto Integração (1981) e a Constituição de 1988, ambos apresentando novas interpretações, possibilidades e a inclusão de bens imateriais como parte do escopo patrimonial. Na escala do objeto de estudo, percebe-se uma gradual preocupação em propor usos que mantenham vivas a memória e significação histórica da casa e prevejam a participação e mobilização da comunidade local.

O ponto crítico que conduz o fio de eventos subsequentes é a criação da Comissão de Patrimônio Cultural da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (CPC-PRCEU) da USP, em 1987, com a direção do professor Nestor Goulart Reis Filho. Em entrevista concedida à equipe do CPC em 2014 (REVISTA CPC, 2015), Nestor narra a jornada que levou à concepção desse projeto e reconstitui suas motivações, iniciando com o pedido do diretor da Escola Politécnica em vender a antiga sede da instituição, para poder construir uma residência estudantil na Cidade Universitária. A proposta pareceu

viável para o Conselho Universitário, que decidiu por vender os antigos prédios da Poli e angariar recursos, porém encontrou grande resistência por parte de Nestor Goulart, que naquele momento, argumentou a necessidade de haver uma equipe especializada para avaliar tais imóveis e assessorar as decisões sobre esses bens.

Com o aval da cúpula e do reitor, Nestor tornou-se diretor da Comissão e recaiu sobre ele a responsabilidade de resolver a questão do espólio pertencente à USP, que contava com aproximadamente 400 imóveis doados e cuja administração não era prioridade de nenhum setor na reitoria. A primazia pela Casa de Dona Yayá deu-se muito pela intensa pressão dos jornais, que se deleitavam com a história da senhora rica da casa abandonada, e pela descoberta do funcionamento de um cassino ilegal em seus cômodos. (GOULART, 2015, p. 270)

A primeira providência foi a execução das obras mais urgentes no imóvel, como reparos nos sistemas elétrico e hidráulico, descupinização da madeira e das paredes e reforços no teto. Em vista da necessidade de preservação de sua integridade física e da definição de um uso que atenda os requerimentos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, a Comissão solicitava a arquitetos e especialistas, uma apurada investigação da casa, de seus materiais,

técnicas construtivas, sistemas estruturais e expressão arquitetônica, é a partir de tal premissa que a pesquisadora Regina Tirello realiza seus estudos, previamente citados neste trabalho. Sob sua orientação, o programa “Canteiro Escola de Restauração de Pinturas Murais da CPC” inicia suas atividades em 1988, com o intuito de capacitar estudantes para a recuperação de pinturas parietais e realizar estudos analíticos, para tanto, estabelece convênio com instituições como Senac, Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e conta com a colaboração dos arquitetos Antonio Luís Dias Andrade, Luís Antonio Magnani e Vitor Hugo Mori.

Os resultados dessa pesquisa, como já mencionado, foram de extrema valia ao processo deliberativo pelo qual a casa passava, as descobertas das decorações murais, advindas das estadias do final do século XIX e início do século XX só não são mais impressionantes que a identificação de remanescentes do chalé de tijolos, o que conferiu uma qualificação definitiva da casa como lugar de memória da região do Bexiga.

Apoiando-se nos relatórios da pesquisa realizada, a Comissão contratou, em 1989, a empresa YMR Arquitetos Associados para elaborar o projeto de restauro e “reciclagem” da edificação, que propunha um programa com dois usos, o primeiro

seria um centro de atividades de consultoria, administrado por professores aposentados e o outro seria um núcleo de seminários, a ser construído a nível inferior ao jardim, para a concretização desses espaços, o escritório previa a demolição do solário, registro da vivência de dona Yayá ali. Por tal conduta descaracterizante e o alto custo da obra, o projeto foi vetado.

Coordenadora da Comissão entre maio de 1994 a dezembro de 1995, a professora Diva Benevides Pinho discorre no texto “*Casa de Dona Yayá - Um problema para a USP*” (1999) sobre os acontecimentos e turbulências desse período, mencionando outras propostas apresentadas por professores como Ulpiano Bezerra, Murilo Marx e José Costa Oliveira Filho, que foram negados ou descontinuadas, revelando a complexidade da questão e o empenho dedicado à sua resolução, pela série de profissionais, professores e especialistas que passaram pela história da Comissão de Patrimônio Cultural da USP.

Entende-se que a apropriação acadêmica de um espaço exterior ao campus universitário demanda a participação popular na deliberação de resoluções, portanto convém pontuar as colaborações da comunidade; parte-se do registro feito pelo especialista em laboratório do CPC-USP, Gabriel Fernandes, no livro *Bexiga em três tempos* (2020), em que relata a contribuição de Walter Taverna,

representante da Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista (Sodepro), com a composição de acervo documental, a partir de arquivos que possuía. Todavia, no mesmo trecho, Fernandes também levanta a discussão sobre os interesses particulares de Taverna e os demais empresários influentes, que ofereciam seu apoio à causa, considerando, porém, direcioná-la para seus próprios fins identitários, de reforço da herança italiana no Bexiga, pois viam a casa e sua conformação eclética como um vestígio da presença imigrante italiana.

Outras formas de identificação também foram destacadas por Fernandes, como a União das Mulheres de São Paulo, que atua desde os anos 90 pela requalificação da casa, reafirmando sua importância histórica para a luta feminista e as questões de gênero e saúde mental. O canto que entoam no seu bloco carnavalesco, Yayartes nos domingos que antecedem o carnaval é emblemático: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

Com pendências cada vez mais urgentes, em 1994, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária cria uma Comissão Especial, composta por representantes da CPC, Fundusp, Prefeitura do Município de São Paulo, Condephaat e Sodepro, para planejar a recuperação e apropriação do espaço, todavia,

os esforços empreendidos desde a década de 80 e a possibilidade da reforma integral são anulados em 1997, devido à problemas financeiros e jurídicos pelos quais a Universidade de São Paulo passava.

Entrevistada pelo CPC em 2017 (REVISTAS CPC, 2017), a professora Maria Cecília França Lourenço, diretora da CPC entre 1995 e 2002, remonta a época em que assumiu a direção; “a Universidade estava obrigada a pagar o que hoje seriam, digamos, 50 mil dólares por dia, caso não se desse uma destinação à Casa da Dona Yayá e ao atualmente nomeado Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos” (LOURENÇO, 2017, p.287). Em contrapartida a tais entraves, obtém-se um triunfo no ano seguinte, com a resolução nº37 de 4 de abril de 1998, que registra o tombamento da Casa de Dona Yayá pelo Condephaat, pelo seu caráter histórico-cultural.

Não obstante, a demanda da definição de um uso qualificado ainda urgia, portanto é nesse contexto que a diretora organiza duas iniciativas notáveis, a elaboração do terceiro volume da série de Cadernos CPC, intitulada *Casa de Dona Yayá* (1999), que reúne pesquisas, propostas e escritos de uma série de especialistas envolvidos na patrimonialização da Casa e a realização de um concurso, no qual pretendia-se responder os seguintes questionamentos, pontuados por Maria Cecília (2017); “Por que,

para que, para quem?”. A CPC reuniu o histórico do projeto e os preceitos a serem seguidos pelos participantes no *Uso qualificado da casa de dona Yayá: manual para apresentações de propostas*, livreto publicado em 1999, em que se preconizavam iniciativas que envolvessem a Universidade de São Paulo e o exercício de atividades de extensão universitária, sempre respeitando o histórico da casa e as limitações físicas definidas pelos instrumentos legais. A proposta vencedora foi a de um centro de prevenção a álcool e drogas, feito pelo GREA/Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina-USP. O projeto, contudo, não seguiu adiante por uma série de motivos, e com o fim da gestão da professora Maria Cecília, o desafio foi transferindo para a nova diretora, a professora Ana Lúcia Duarte Lanna, que assumiu o cargo em 2002.

Esse ano foi marcado por notáveis acontecimentos nas histórias da Comissão e da Casa; a primeira foi institucionalizada e renomeada como “Centro de Preservação Cultural da USP”, mantendo a sigla CPC, enquanto a segunda concluiu o processo de tombamento em esfera municipal, a partir da resolução nº22 de 13 de dezembro de 2002, resolvida pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). O elo entre a instituição e

o imóvel se firma com a transferência de sua sede, anteriormente localizada no complexo da Reitoria da USP, para a Casa, em 2004, iniciando uma nova etapa de desafios sobre o seu uso qualificado.

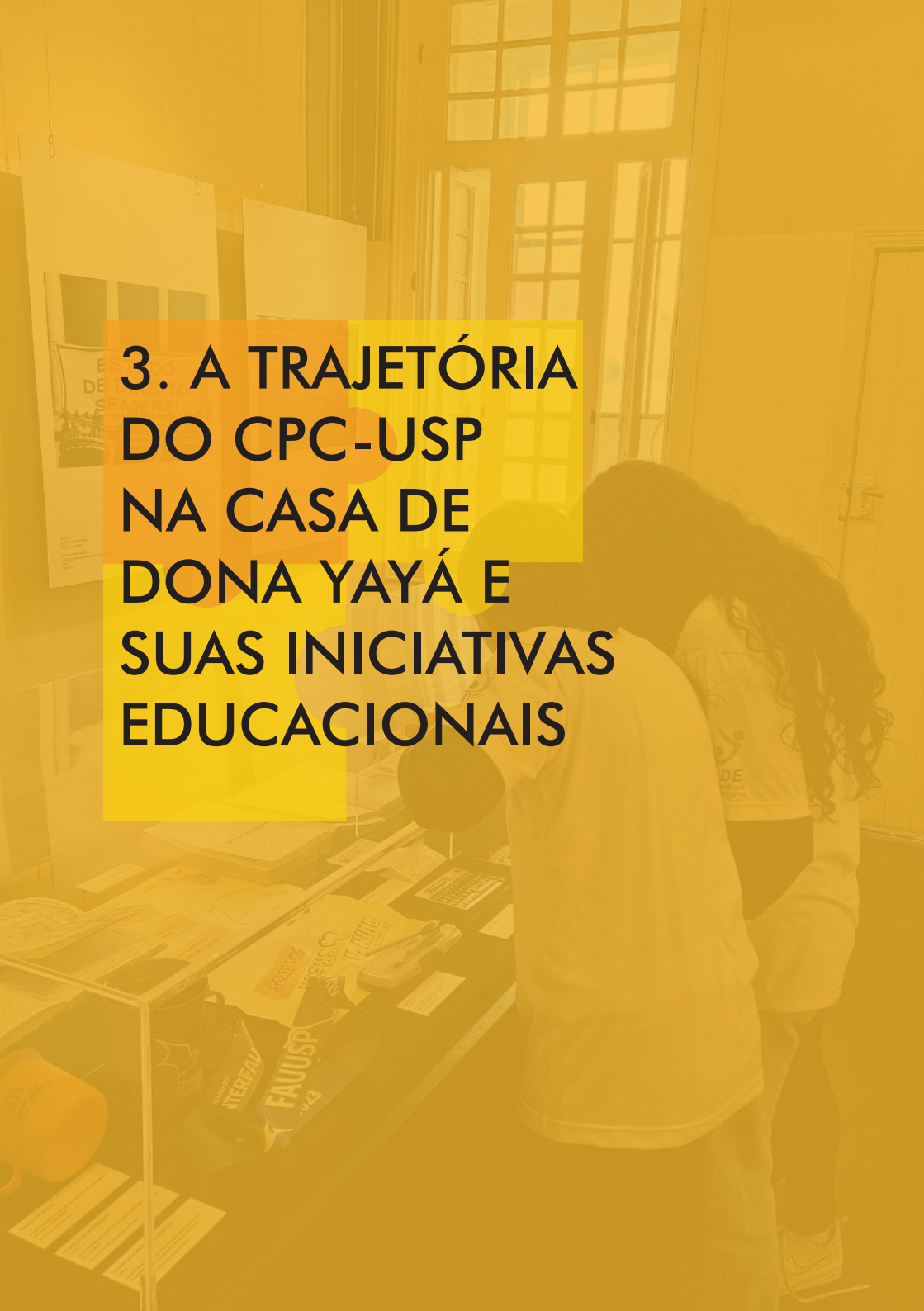
Remontar as peças que compõem a história da Casa de Dona Yayá é testemunhar um passado de lutas, em todas suas expressões. Luta presente durante a própria vida de Sebastiana e sua rede de apoio, pela possibilidade de um viver longo e agradável dentro de circunstâncias adversas, que também configuram a época da luta que viria a seguir, enfrentada por inúmeras pessoas e grupos, motivados pela preservação desta e outras memórias e do espaço que as abrigam. A Casa resiste e permanece resistindo até hoje; também se conservam os esforços de manter essas lembranças vivas e parte de seu programa educativo, motivador do presente trabalho. Halbwachs (1950) relaciona a preservação da memória de um espaço ao grupo que ali vive, interage e defende, menciona que a própria vivência e mobilização dessas comunidades são vestígios da existência e continuidade do local, e através das quais, ele resiste. É a leitura que se faz da trajetória da Casa e se firma com os escritos do sociólogo;

As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis.

(HALBWACHS, 1950, p. 143)



Fachada norte da Casa de Dona Yayá. Fonte: Arquivo da autora



3. A TRAJETÓRIA DO CPC-USP NA CASA DE DONA YAYÁ E SUAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS

Nos entremeios da pesquisa realizada sobre a atuação do Centro de Preservação Cultural da USP após sua transferência para a Casa de Dona Yayá, percebe-se duas fases distintas: a primeira distingue-se pelo enfrentamento inicial das questões apresentadas pela mudança de endereço e pelo preâmbulo de um enfoque em atividades interativas com o público visitante, pautando-se em vertentes culturais e patrimoniais; a segunda é marcada pela introdução de um setor educativo na instituição, formalizando a aplicação de um programa educacional com respaldo pedagógico e caráter recreativo. Como escopo analítico, o foco será dado às iniciativas voltadas ao público infantil, visando construir um referencial histórico e crítico com base nos registros de ex-diretoras, integrantes da equipe e atual gestão do órgão para as subsequentes reflexões sobre as interações com as crianças na atuação da equipe no presente.

2004-2018: desafios iniciais em uma nova sede e estruturação do órgão

Após o fim da gestão da professora Maria Cecília França Lourenço, quem assume a direção do CPC é a professora Ana Lúcia Duarte Lanna, que coordena a Casa entre os anos de 2002 e 2006. É um período delicado, em que se mantêm algumas inconstâncias propositivas, enquanto deve-se assimilar as demandas provenientes da instalação em um bairro central de São Paulo, com tradições e comunidades consolidadas.

A instituição aparece como um elemento “estrangeiro” - termo utilizado pelo especialista em laboratório do CPC, Gabriel Fernandes (2019) no artigo *“Educação e Patrimônio na Casa de Dona Yayá: Experiências do Centro de Preservação Cultural da USP”* -; portanto, a situação compreendida na Casa é a da necessidade de dois restauros; o físico, para adequar sua infraestrutura e o de seu uso qualificado, que agora deve abranger a população local e adequar-se ao seu tradicional cotidiano.

Recupera-se aqui, as impressões do professor Ulpiano Bezerra de Menezes (2009), no texto, *“O Campo do Patrimônio*

Cultural: uma revisão de premissas”, no qual revisita e analisa criticamente as perspectivas perante os bens culturais e seus valores. Ao utilizar como exemplo a senhora, assídua frequentadora da igreja local e cujo hábito é visto como importuno à visita dos turistas (MENEZES, 2009, p.26), apresenta a dicotomia de tratamento do patrimônio, em vistas de valorizá-lo diante do universal, por vezes, opera-se de forma opressora com os costumes locais, enfraquecendo seus valores identitários, de expressões cotidianas.

Na situação da Casa de Dona Yayá, inverte-se a questão, mas a problemática deliberativa persiste; como inserir esses valores de pertencimento, de hábitos em uma comunidade cuja relação preestabelecida com o imóvel é de fuga e apreensão? E a partir dessa introdução, como propor a reabertura de atividades, visitas, munidas de repertório cultural, sem ocasionar a “turistificação” do edifício e tal qual a história de Menezes, acabar esmorecendo o hábito produzido?

É importante ressaltar a complexidade dos desafios impostos para refletir sobre o trabalho realizado no início deste século pelas administrações do CPC-USP, que antes da mudança de sede, possuía três principais vertentes, abordadas por Fernandes (2019): a existência e preservação de um banco de dados sobre o patrimônio cultural; a coordenação das publicações editoriais

sobre os patrimônios da USP; e a prática dos canteiros-escola. Essas vertentes evidenciam a concentração de abordagens do universo acadêmico e a falta de uma aproximação maior com o público geral - sintomática dos anos de consolidação de atividades dentro da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, na zona oeste da cidade e afastada dos centros. A professora Maria Lúcia Bressan evidencia essa questão, apontando uma “busca, verificada a partir dos anos 1990, de recuperação do enraizamento urbano que a USP perdera” (BRESSAN, 2011, p.39).

Partindo dessas imposições, em um primeiro momento do ano de 2003, foram implementadas as reformas pendentes para viabilização do funcionamento do CPC no imóvel, com financiamento da USP e suporte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Em vias de atuação para seu uso qualificado, foram planejadas visitas monitoradas, cujos objetivos se concentravam majoritariamente em instruir e informar os visitantes sobre as frutíferas pesquisas realizadas sobre a história da Casa e Sebastiana e as reformas feitas (FERNANDES, 2019, p. 313).

Além disso, também eram realizados cursos, palestras, exposições e apresentações musicais. A diretora Ana Lanna (2006) justifica essa agenda a partir do interesse do público em

conhecer mais sobre a questão patrimonial do imóvel e evidencia a existência de muitas instituições educativas nas imediações da casa, contrastando com uma carência de espaços de lazer e atividades culturais voltadas para os estudantes. É nesse panorama em que se afirma a relação do programa de educação patrimonial da Casa com os grupos escolares locais, que se conserva até hoje, com escolas como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Celso Leite Ribeiro Filho, localizada no bairro da Bela Vista.

Além da visita monitorada, em que passavam por cada cômodo e eram lecionados acerca da historicidade e valores culturais inerentes aos espaços, esses grupos também participavam das atividades elaboradas pela equipe do CPC, composta por monitores e estudantes da USP, que incluíam jogos clássicos, como memória, labirinto e cruzadinha.

O conteúdo desses exercícios era muitas vezes relativo às características arquitetônicas e elementos construtivos que eram considerados vitais para a concepção patrimonial da edificação e tinha como objetivo criar um conjunto de referências para embasar a introdução conteudista ao tema do patrimônio, que contudo, conforme Fernandes (2019), acaba impondo certas determinações que descaracterizam a finalidade reflexiva do pensar no patrimônio.

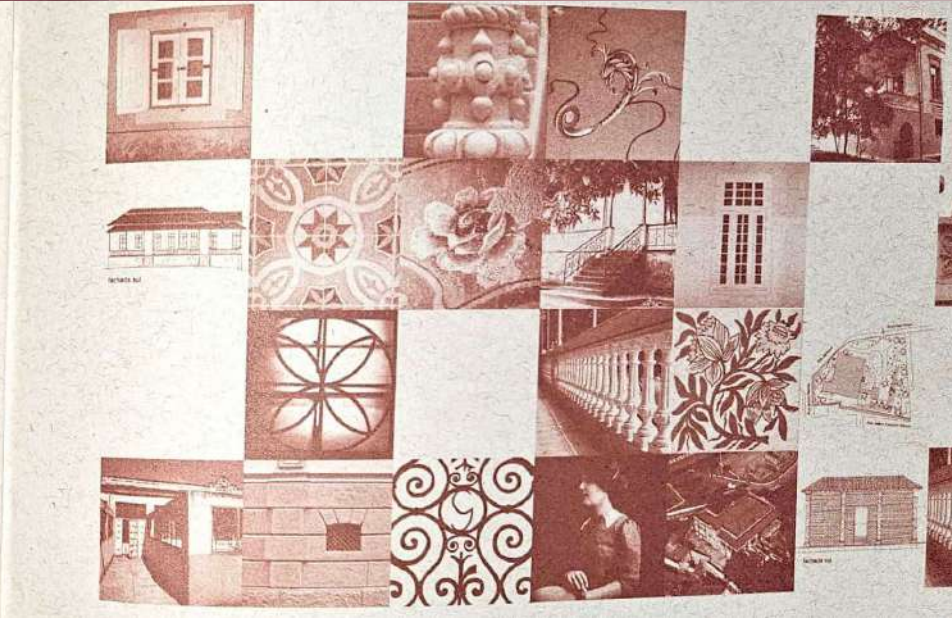
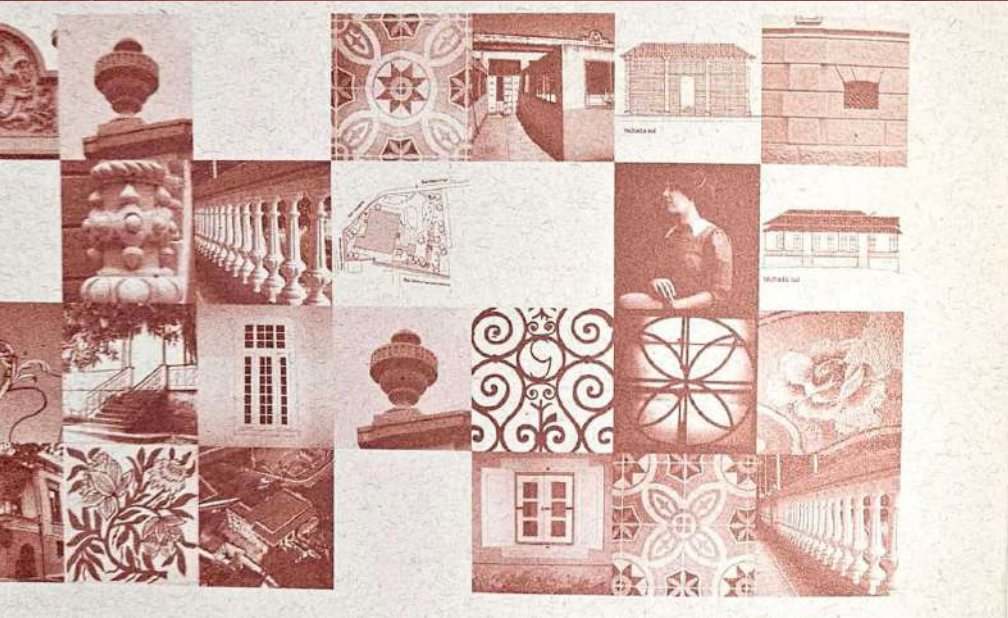
De acordo com Lanna (2006), o projeto apresenta bons resultados e gera um público visitante cada vez maior, o que leva à aplicação de outras iniciativas, como a introdução dos Domingos na Yayá, direcionados ao público infante-juvenil, em que se desenvolviam brincadeiras, atividades lúdicas e contação de histórias e a produção de ferramentas para ampliação de acessibilidade e divulgação do trabalho efetuado; uma seção própria para o tema no site do CPC e a cartilha, alcunhada *“A Casa de Dona Yayá, Histórias de uma Velha Senhora”*.

Em seguida, apresentar-se-ão algumas páginas do livrete, onde pode-se observar os esforços de adaptar o conteúdo conforme seu público alvo: as crianças que visitaram ou não a casa, com exercícios didáticos e lúdicos. Ainda é perceptível, porém, o teor conteudista e atrelado a tópicos técnicos - como apresentado na imagem do jogo de cruzadinha, em que foram utilizados termos pouco cognoscíveis, como *“abobadilha”*, *“cimalha”* e *“balaústre”*. Assim como Fernandes (2019) comenta sobre a possibilidade de ocorrer injustiças em sua crítica às fases do educativo na Casa, aqui também se faz necessário pontuar que as reflexões analíticas partem da leitura atual sobre operações ocorridas há 20 anos, que estavam compreendidas em circunstâncias particulares, como a falta de verbas, e que reproduziram as concepções existentes

à época, mas sempre mantendo-se abertas a revisões em suas estratégias, o que permitiu a sua evolução no decorrer das décadas.

Conforme esse período era reconstituído, manteve-se uma leitura crítica - suportada pelo texto de Fernandes (2019) - dos princípios sob os quais eram aplicadas as atividades, principalmente as visitas monitoradas, que foram interpretadas a partir do trecho em que Menezes (2009) resgata dizeres do estudioso David Horne (MENEZES, 2009, p. 28), o qual compreendia as tais visitas como um exercício de transferência; vê-se apenas o que é apresentado pelo guia, havendo pouco ou nenhum envolvimento do visitante.

Tal concepção evoca a ideia de *“educação bancária”*, elaborada pelo educador Paulo Freire (1968), que também explora a inatividade do *“receptor”* dessas informações, sendo considerado apenas um depósito de conhecimento, negligenciando as trocas, a dialogicidade do processo e a construção de uma visão crítica, essencial para a práxis do ensino. Esse aspecto acrítico também ressoa na observação feita por Scifoni (2017) em relação aos jogos como memória e cruzadinha, de como a aplicação destes muitas vezes tende a se tornar uma mera distração, um jogo, ao invés de incentivar a problematização dos conteúdos e cumprir com a função social da educação patrimonial. A despeito dessa análise,



CRUZADINHAS 13

Faça a cruzadinha com o nome dos elementos arquitetônicos citados ao lado:



ABOBADILHA - abóboda de forma cilíndrica geralmente feita de tijolos e utilizada na construção de sobrados.

PÉ-DIREITO - altura entre o piso e o forro de um compartimento ou pavimento.



A CASA DE DONA YAYÁ, HISTÓRIAS DE UMA VELHA SENHORA

Páginas de jogos da cartilha "A Casa de Dona Yayá, Histórias de uma Velha Senhora". Fonte: Imagens feitas a partir de material cedido pela equipe do CPC-USP

reforça-se o reconhecimento do empenho dessa gestão em enfrentar as dificuldades impostas pelos variados motivos citados, que se articulam com a contínua sincronia vinculada aos desenvolvimentos do discurso da educação patrimonial, que tem seus equívocos muitas vezes refletidos em ações tais quais as realizadas em instituições como o CPC-USP.

A administração seguinte foi comandada pela professora Maria Lucia Bressan Pinheiro, diretora do CPC entre 2006 e 2010, e demarca um momento de ponderação sobre os resultados dos feitos na gestão anterior e estratégias para preencher as lacunas necessárias. Tais reflexões são expostas no texto redigido por Bressan (2011) junto ao especialista em laboratório, José Hermes Martins Pereira; Educação Patrimonial no Centro de Preservação Cultural “A Casa de Dona Yayá”: Balanços e Novos Desafios, em que se identifica uma metodologia de constantes autoavaliações e novas experimentações, adaptando-as conforme o retorno do público e outras demandas.

No caso do momento examinado, a Casa e a equipe do CPC encontravam-se cada vez mais requisitados, principalmente pela faixa etária escolar; movimento reforçado pela parceria com a Secretaria Municipal de Educação, feita em 2007, que disponibilizava o transporte de alunos e professores advindos de

instituições mais longínquas, para que pudessem visitar o imóvel e se inteirar das atividades. Nesse contexto, a equipe é levada a pensar em reformulações para cenários distintos, a dos estudantes de escolas mais afastadas e dos alunos das instituições vizinhas, que já conheciam o repertório cultural e histórico do imóvel. Se por um lado, era necessário ampliar a escala regional nas abordagens, considerando novas localidades, por outro confrontava-se com um novo desafio: como tornar o processo junto aos jovens visitantes habituais, contínuo e inovador, especialmente lidando com tal faixa etária, que se não alimentada por novos estímulos, costuma perder o interesse com mais facilidade.

O obstáculo não se revela somente com esse grupo, mas também com o conjunto de professores, que por falta de contato ou preparo no assunto do patrimônio encontram dificuldades de assimilar tal conteúdo nos currículos escolares. A devolutiva da aplicação de dinâmicas conteudistas e impositivas foi clara; a interação com o tema iniciava e terminava nas dependências da Casa, havia uma certa carência de provocações e afinidades com os universos particulares de cada um, limitando a continuidade desse exercício e instigando a memorização em desfavor da memória criativa. A direção, então, ampliou a variedade de ações, implantando oficinas de origami, teatro, fotografia e trabalhando com formas de

realinhar a relação com as escolas. Um exemplo é a colaboração com a EMEF Celso Leite Ribeiro Filho e a Escola Estadual Maria Augusta Saraiva para a realização dos projetos “VEM!” (valorização, educação e memória), abrangendo os espaços externos à Casa como passíveis de valorização patrimonial, incitando discussões sobre essas narrativas.

Observa-se agora outras perspectivas de ensino, voltadas para a leitura dos espaços urbanos como possíveis “territórios educativos”, com o uso do Bexiga como referência local de expressões culturais, as novas atividades propostas incluíram a utilização de mapas e fotografias do bairro, instrumentalizando os estudantes a serem eles próprios se imaginarem como mediadores da seleção de bens patrimoniais.

Os novos encaminhamentos demarcam os avanços metodológicos da equipe de Educação e Memória do CPC-USP e apresentam uma continuidade na gestão seguinte, de direção do professor José Tavares Correia de Lira, entre 2010 e 2014, que pretende consolidar e qualificar os parâmetros de discussões sobre o patrimônio da USP e sua órbita de valores e solidificar a relação do órgão com a esfera pública, reafirmando as políticas anteriores, de aproximação e diálogo. O novo diretor estabelece tais metas no texto, “*Plano de Trabalho CPC-USP, 2010-2014*”, presente na edição nº11 da Revista CPC (2011), onde traça três eixos de abordagem;

o primeiro, denominado “Memória e cultura uspiana”, possui um enfoque no patrimônio intangível da Universidade de São Paulo, englobando as diversas formas de produção intelectual, expressões, criações e memórias dos mais variados grupos e movimentos da comunidade USP. O segundo enfoque, “Arquiteturas, artes e ofícios”, que faz uma releitura da dimensão construída do patrimônio e valoriza os processos de criação e produção coletivos e práticas “invisíveis” de artistas, mestres, artesãos, artífices, pedreiros e desenhistas. O terceiro e último eixo se denomina “Histórias e culturas da cidade”, que delinea a aproximação mencionada anteriormente e propõe um foco nas trocas culturais realizadas na Casa, que se torna fulcral para as vivências da comunidade e se consolida como “lugar de encontro” (FERNANDES, 2014, p.10), referência central de onde partem as iniciativas espalhadas pela cidade.

O território urbano passa a ser testemunha e laboratório dessa renovação recreativa, que volta a atenção a públicos mais heterogêneos e onde se fortalecem os vínculos com coletivos, especialmente no ano de 2013, em que se realizam duas importantes oficinas, ambas em colaboração com o Coletivo Mapa Xilográfico - formado por artistas e educadores motivados por práticas criativas do ensino no meio urbano. A primeira, ocorrida em julho, foi a Oficina de Stop Motion, realizada com estudantes do 6º ano da

Escola Estadual Maria Augusta Saraiva, que foram instruídos a representar suas vivências nos lugares que moram e frequentam a partir da técnica de stop motion, cujo produto eram curtas-metragens, compostas desses registros de lugares de memória.

A segunda oficina foi um marco na trajetória de atuação do CPC-USP e estabeleceu expectativas para as futuras realizações, pelo seu êxito em reunir os preceitos da construção coletiva de conhecimento e resgates históricos na paisagem urbana. Denominada, Trafegar pelos Rios do Bexiga, tinha como propósito a “navegação” em um barco sobre rodas, pelos rios invisíveis do Bexiga; o Saracura, Itororó e Japurá, canalizados e apagados do cotidiano local, a proposta da intervenção urbana se ancora em um partido sensível, celebrador de vestígios do passado, mas também político, introduzindo as questões urbanísticas que impuseram tal condição aos corpos d’água.

A execução do projeto foi dividida em três partes; na primeira, os membros da equipe de Educação e Memória do CPC-USP e do Coletivo Mapa Xilográfico circularam pelo arredores do roteiro estipulado em busca de lembranças de moradores, histórias e imaginários sobre os rios citados, para a formulação de rodas de memórias, conversas e trocas culturais. O segundo momento foi preparatório, os participantes foram se inteirando gradualmente

com a temática do exercício; no encontro inicial, discutiram-se sobre os conflitos do planejamento urbano, provocando um despertar de reflexões sobre as camadas do imperceptível na cidade, em seguida partiu-se para a produção participativa dos instrumentos compositivos da intervenção, os sambas que seriam entoados e o material gráfico a ser distribuído.

Por fim, na terceira etapa se concretizou o projeto, realizado ao longo de três domingos consecutivos, o barco saiu pelas ruas da cidade, entoando os sambas, marcando de tinta a preexistências fluviais e conduzindo um mar de olhares curiosos, especialmente de crianças, que viriam a se juntar à tripulação, cuja apropriação dos caminhos de concreto abriu margem para visitar um imaginário sensível de um passado encoberto que agora se torna familiar e formador de novas memórias locais.

Em 2014, CPC recebe importantes adições em sua equipe; a nova diretora, a professora Mônica Junqueira de Camargo, que comanda o órgão entre 2014 e 2018, e a educadora Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz, que a partir de sua experiência durante 12 anos na Estação Ciência, traz muitos aprendizados e experiências de interações criativas e pedagógicas com o público. Grande parte deste trabalho foi composto após conversas com a

Carmen, seus relatos sobre a atuação do CPC constróem um registro vital para a conservação e divulgação da memória do órgão, ouvi-la foi como transitar por esses episódios e assim foi se compondo as temporalidades aqui expostas. Exemplificando essas “viagens no tempo”, têm-se as oficinas Infinitas Cores do Bexiga e Outras Yayás, voltadas ao público infantil e da terceira idade, respectivamente, ministradas em 2015 pelo artista plástico e antropólogo Wagner Lins, conhecido como Arieih.

A proposta do exercício feito com os jovens da região, era a produção de expressões artísticas de variadas sensações, texturas e cores percebidas na região do Bexiga e ilustrações sobre percepções da vida de Yayá. Todo o processo foi muito frutífero, além de sensibilizar o grupo quanto aos elementos da narrativa - a senhora e a casa - também tece uma relação sensorial com a cidade, apropria-se dela e de suas paisagens como parte desse imaginário lúdico, atendendo a finalidade formativa do ambiente urbano para com as novas gerações. Arieih, ao comentar sobre a experiência, destaca a interlocução entre as histórias dos próprios adolescentes e a de Sebastiana, provocando reflexões de identificação e solidariedade, demonstrada nas palavras de Yolanda, uma das participantes, para descrever Yayá; “O pássaro na Gaiola de Ouro”. Quanto aos produtos fabricados, estes foram dispostos na exposição; Cores do

Bexiga na Yayá. Outra mostra de destaque, mencionada por Carmen, foi a exposição intitulada Yayá um Lugar de Memória, realizada em 2016, atendendo a demandas impostas pelos questionamentos dos visitantes sobre a vida da antiga dona daquele casarão. Apesar da escala menor do projeto expositivo, este foi um pontapé inicial para a transferência do protagonismo temático das visitas à Yayá.

Por fim, uma memória afetiva, que a Carmen reconta com enorme carinho, é a contação de histórias, tão importante para o firmamento da relação com as crianças moradoras da região, e que revela um trabalho muito bonito dos monitores do CPC, que, com total autonomia, criam cenários, fazem vozes e encarnam personagens para envolver ao máximo os espectadores. Uma das histórias contadas é a do livro *O Dia em que a Pracinha sumiu*, de Marcia Frazão (2015), que narra a união das crianças do bairro com a Vó Vitalina para saber o que houve com a pracinha onde costumavam brincar, acabam por descobrir que ela será demolida para dar lugar a um shopping e decidem se fantasiar para protestar contra esse decreto, que ao fim, é anulado pelo prefeito após a tal mobilização. A narração de todo conto se faz necessária para evocar o impacto que essa história causa em uma plateia infantil com imaginação fértil e que se coloca no lugar dos personagens. É uma forma orgânica e efetiva de introduzir assuntos

complexos como preservação, pertencimento e dinâmicas urbanas, além de propiciar uma conscientização inicial sobre valores culturais e sociais dos espaços na cidade. É também uma forma de destacar o potencial transformativo dos pequenos cidadãos, cuja participação na sociedade é frequentemente ignorada.

Acompanhar o quadro evolutivo da atuação do CPC-USP nesse período de 14 anos é traçar uma rota histórica de esforços, avanços e releituras críticas de uma organização sempre consciente de seu escopo e alcance social. A prática da autocrítica é fator de grande notoriedade em sua trajetória, pois percebe-se que é a partir dessas reflexões internas que se afirmam as reformulações mais férteis. O redirecionamento a uma práxis mais dialógica e criativa com o público infantil é um dos produtos dessa metodologia, e teve como louros trocas cada vez mais construtivas e a firmação do imóvel como um lugar de encontros, brincadeiras e memórias, preenchendo o crescente esvaziamento de áreas voltadas ao brincar.

2018-HOJE: consolidação do programa de educação patrimonial

Depois de uma sucessão de diretores vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a gestão do CPC-USP estabelecida em 2018, constitui-se de uma coordenação vinculada à um foco pedagógico; com a diretoria formada pela professora Martha Marandino, da Faculdade de Educação da USP e a vice-diretoria, pela professora Simone Scifoni, do Departamento de Geografia da FFLCH. Essa superintendência inicia suas operações com o intuito de qualificar o programa de educação patrimonial, estabelecendo um projeto consistente, com princípios e objetivos de fundamentação educacional para guiar as futuras iniciativas.

O contato com as publicações de Scifoni evidenciaram sua significativa bagagem de repertório patrimonial, aplicada na elaboração de atividades dessa nova administração. Além de sua contribuição bibliográfica, destaca-se sua participação no estudo de tombamento pelo IPHAN do Centro Histórico de Iguape-SP, realizado entre 2007 e 2009, em colaboração com a atual diretora do CPC, a professora Flávia Brito do Nascimento, e nas

experiências de educação patrimonial desenvolvidas no processo. No texto redigido pelas docentes; *“Tombamento de Iguape como Patrimônio Nacional: Novas Práticas e Políticas de Preservação”* (2015), esses exercícios são revisitados e apresentam-se algumas premissas norteadoras de ensino; a recusa de ações com caráter meramente informativo e a valorização de práticas com a construção coletiva de conhecimento, pautada na participação social e abertura ao diálogo.

Parlamentadas com tais princípios, foram empreendidas duas iniciativas principais; as Oficinas de Educação Patrimonial, na qual se propunha a criação de um mapa de Iguape que reunisse lembranças e histórias de seus moradores, e a abertura da Casa do Patrimônio, lugar de expressões culturais e didáticas e realização inédita no estado de São Paulo. As reflexões resultantes desse laboratório indicam vetores disciplinares para o desenvolvimento adequado de práticas educativas do patrimônio e compõem um inventário de experiências que serviriam como base para futuros projetos na Casa, como em 2023, no retorno ao Centro Histórico de Iguape para a execução de ações educativas.

Scifoni também foi uma importante voz na reconstrução dessa fase, em entrevista à autora deste trabalho, reviveu seus anos na administração da Casa e forneceu importante depoimento para

a reconstituição das iniciativas. Em um primeiro momento, discorreu sobre os três princípios moldadores da educação patrimonial; o primeiro referente à dialogicidade, cuja premissa é de manter sempre um diálogo aberto com o público, permitindo trocas e discordâncias, o segundo é o da produção de conhecimentos, do incentivo à pesquisa e o terceiro é o da atividade crítica perante a temática do patrimônio, sendo este um campo de inúmeros conflitos. Tal tríade fundamentou a organização da exposição *Yayá cotidiano, feminismo, doença e riqueza* em 2019, que objetivava preencher a Casa com a existência de *Yayá* com painéis ilustrados e explicativos em cômodos mais amplos do que aqueles utilizados na mostra de 2016, na qual foram reunidos pôsteres em apenas um pequeno cômodo.

Os princípios mencionados; de pesquisa e pensamento crítico nortearam uma investigação feita pela equipe, que ao ponderar sobre os aspectos de saúde de Sebastiana e a credibilidade de seus diagnósticos, descobriu, após apurações e diálogos com especialistas da área de psiquiatria, que de fato ela estava doente e fora tratada com os todos cuidados e conhecimentos disponíveis à época, ampliando os debates nos campos de sociologia, antropologia, saúde e gênero e esboçando uma nova perspectiva sobre sua história, 63 anos após sua morte, o que reitera a importância de se manter uma permanente postura inquisitiva. Sebastiana torna-se,

então, central nas atividades e visitas, o que implicou na necessidade de renovação do material de apoio e do preparo da educadora Carmen e dos monitores para conduzir um roteiro que atendesse às novas demandas. Estas foram contempladas no projeto submetido ao edital do Santander, de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão de 2019, em que se propunha a composição de um kit educativo de apoio ao redirecionamento programático de visitas da Casa.

Os materiais especificados do kit eram; os pôsteres (em A2) e pranchas (em A3) educativos, com fotos, mapas, ilustrações e textos didáticos, que também serviriam para auxiliar professores em atividades com seus alunos, o tapete com a foto aérea da cidade, pacotes de papel couchê para as oficinas e balaios educativos; cestas com itens referentes ao período de vivência de Yayá, como álbuns de fotos, peças de roupas, brinquedos de época, entre outros.

Em adição à proposta, também há a descrição um material de distribuição ao público; os cards colecionáveis, contendo figuras de Yayá e trechos de sua história, com a expectativa de estimular a recreação em ambientes além da Casa. O relatório acadêmico redigido após a confecção dos produtos, descreve um trabalho extremamente autoral, artístico e criativo feito pela equipe do educativo da Casa, o resultado foram elementos gráficos coloridos e

didáticos, que mostraram-se exitosos em suas funções de suporte. O trabalho meticuloso e empenhado na elaboração de um conteúdo programático preciso, produção de recursos gráficos instrutivos e a preparação do corpo de colaboradores verificam um uso qualitativo do espaço e suas potencialidades.

Em declaração à autora, Simone Scifoni recupera esse maior enfoque no fator qualitativo em relação ao quantitativo nas iniciativas do CPC, buscava-se oferecer, para além das práticas educativas, uma convivência harmônica entre patrimônio e público, seja este numeroso ou não. É importante ressaltar esse valor afetivo que se cria entre os moradores locais e o espaço da Casa, como Scifoni cita na conversa, consolidou-se uma relação com as famílias mais carentes do bairro, muitas mães levavam seus filhos nos Domingos na Yayá, nas atividades de férias e encontravam esse amparo próximo, acessível e acolhedor, ampliando os horizontes de possibilidades de lazer de suas crianças.

Estas, por conseguinte, vão criando uma assiduidade e aproximação sensível com o bem patrimonial, que não é mais percebido pela sua monumentalidade, sacralidade ou intangibilidade, - fatores que em muitos casos causam distanciamento do público e banalização de valores culturais - mas sim como um ambiente familiar, de um

cotidiano do brincar e acaba sendo incluído em seus mapas afetivos. O ritmo de trabalho e funcionamento da Casa foram interrompidos pela pandemia da Covid-19, no início do ano de 2020, durante a qual a equipe se reorganizou para realinhar as novas diretrizes requeridas, então concentrou-se na produção de pesquisas, cursos par e atividades online, acompanhados de muita deliberação sobre quais seriam os próximos passos após esse difícil período.

Tanto Carmen quanto Simone pontuaram as consequências dessas circunstâncias contraproducentes e o impacto que tiveram subsequentemente; a principal foi o esvaziamento de frequentadores, levando a reflexões internas sobre outros rumos possíveis para retomar esse movimento. A postura adotada foi a de apostar em novidades, como a criação da atividade do Caça à memória e a realização da exposição sobre a vida de Yáyá.

Como dito por Simone, os desafios impostos são bem recebidos pela equipe e são vetores de multiplicação das ações, sempre mantendo a dinamicidade e aperfeiçoamento em sua atuação. Como exemplar desse desempenho, a equipe realizou em março de 2023, o projeto Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape, viabilizada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, que a partir do edital Unidades Móveis

da USP, disponibilizou uma carreta equipada para montagem de espaços de apoio para realização das atividades. A atividade foi recontada no artigo Patrimônio Cultural: Ações Educativas no Centro Histórico de Iguape, de Marina Gazzoli Pio e Rodrigo Augusto das Neves, estagiários do CPC na época.

O texto discorre sobre todo o processo, desde a formação dos monitores, o contato prévio das coordenadoras do projeto; as professoras Flávia e Simone - responsáveis pelo projeto de tombamento desse Centro Histórico, como mencionado previamente - com representantes locais para providenciar os suportes necessários, até a execução das iniciativas, que foram divididas em quatro frentes, relativas às faixas etárias dos participantes (Ensino Fundamental I, II e Médio).

No decorrer de uma semana, a carreta estacionada na Praça São Benedito virou ponto de encontro para iniciar as atividades aplicadas; para as crianças do Ensino Fundamental I, foi relacionada a contação de história e roda de conversa, a partir do conto O dia em que a pracinha sumiu, o grupo do Ensino Fundamental II participou da brincadeira da Mandala de referências culturais e os alunos do Ensino Médio realizaram o percurso pelo Centro Histórico, onde apreenderam conhecimentos históricos, culturais e referenciais aos processos de patrimonialização.

Por fim, a quarta ação foi voltada à produção de conversas, debates e reflexões entre professores e educadores da região, sobre temas do ensino, cultura e do patrimônio de Iguape. O projeto é representativo de um novo patamar alcançado pelo veio de extensão do Centro de Preservação Cultural da USP, que, a partir dessa experiência, ampliou sua atuação a uma escala estadual, estabeleceu novas conexões e pavimentou caminhos para uma discussão cada vez mais abrangente sobre educação patrimonial. Essa metodologia empírica, alimentada constantemente por frutos de suas experimentações resultou em no portfólio atual de atividades educativas realizadas na Casa de Dona Yayá, um rico inventário de brincadeiras criativas e sensíveis, que além de instruir, também acolhem e tornam-se meios sociais de construção de memórias. O catálogo das dinâmicas inclui;

1. Visitas mediada à exposição de Yayá

Introduz aos visitantes os 4 elementos centrais na vida de Sebastiana: cotidiano, feminismo, doença e riqueza

2. Contação de história: Yayá para crianças

Propõe às crianças a produção de desenhos para recontar a história de Yayá

3. Contação de história: O dia em que a pracinha sumiu

A narração da célebre história, despertando o imaginário infantil

4. Caça à memória

Brincadeira em que as crianças recebem dicas para encontrar certos elementos pelo imóvel, recebendo como recompensa figurinhas personalizadas, para compor os álbuns distribuídos

5. Mandala de referências culturais

Dinâmica feita com cones representativos de cada categoria do patrimônio; lugares, festas, saberes, construções, expressões e objetos, ligados por fios ao cone central, representando a cultura. Cada criança é instruída a pensar; “o que é patrimônio?” e registrar suas respostas em papéis, que serão pendurados nos fios e servirão de pauta para roda de conversa

6. Do alto da cidade: o que se vê?

Atividade feita a partir de um grande tapete composto por uma foto aérea da cidade, com destaque para a Casa de Dona Yayá e outros bens tombados na região do Bexiga, promovendo reflexões sobre os patrimônios espalhado pela cidade

7. Caderno de memórias

Produção de um “scrapbook” feito a partir de páginas compostas por figuras, adesivos, colagens, criações que representem as memórias criadas pelas crianças

Em conversa com a estagiária Isabela, coletou-se informações sobre o processo por trás da aplicação das atividades, que levam vários fatores em consideração e se mostra uma construção coletiva contínua e dinâmica, como por exemplo, na definição de programas compatíveis com diferentes grupos e disponibilidades. No caso das visitas escolares, em que o tempo é mais limitado, prioriza-se a visitação e o “tapete”, enquanto nos Domingos de Brinquedos e Brincadeiras, há maior flexibilidade, possibilitando outras dinâmicas. Uma das premissas mais destacadas em todo o processo de pesquisa foi o vetor de sensibilização dessa faixa etária em relação, não apenas ao tema do patrimônio, preservação e cultura, mas também sobre questões sociais, como a própria doença de Yayá.

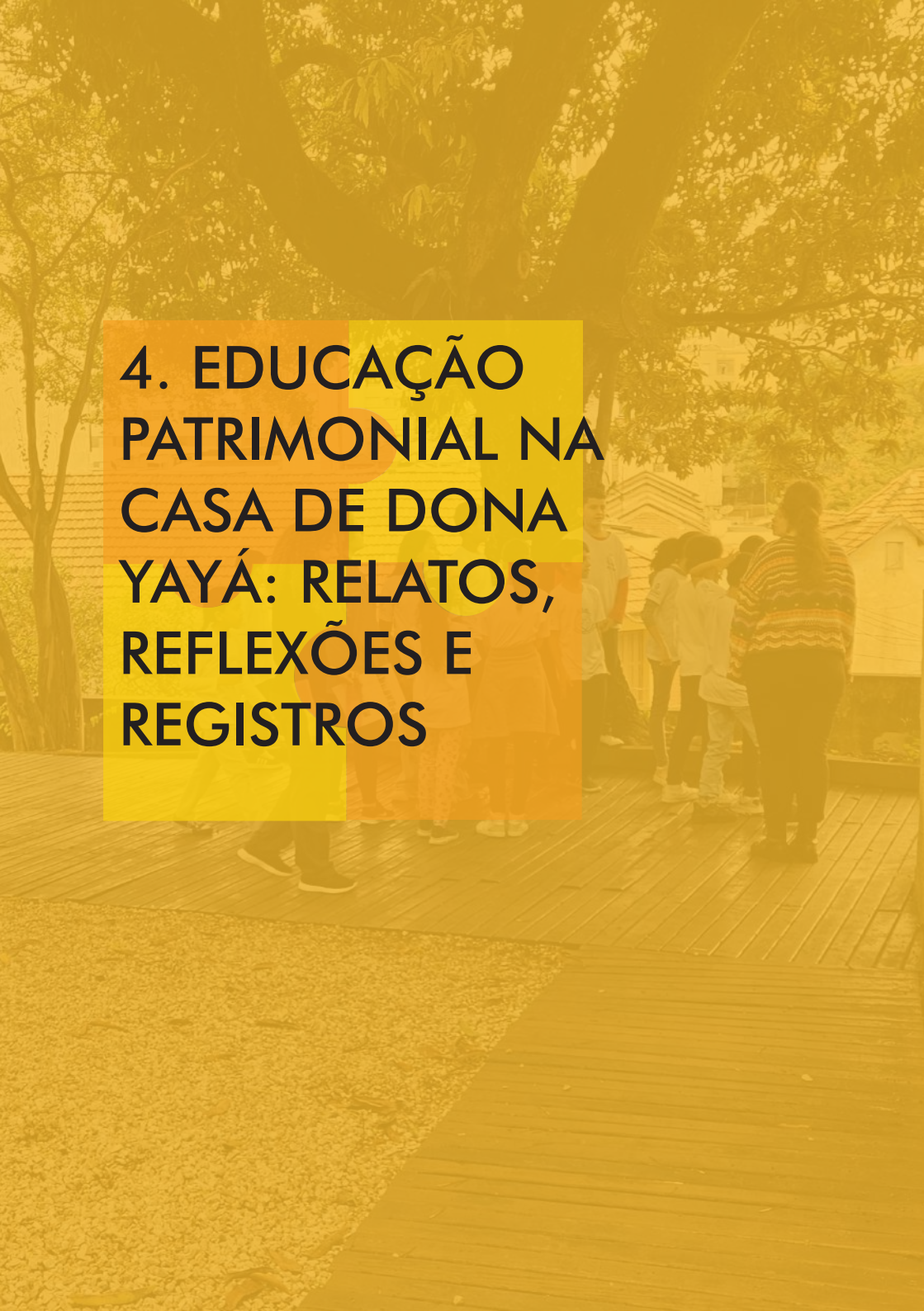
Na visão da professora Simone; as crianças devem entender a doença mental como algo que pode ocorrer com qualquer um de nós, deve-se normalizar essa ocorrência e desestigmatizar tais diagnósticos, afastando o “fantasma” da senhora misteriosa e trazendo uma “história de gente comum”, permanecendo sempre um diálogo aberto para produzir discussões sensíveis e formativas.

Os dois momentos estudados estabelecem uma leitura clara da gradual consolidação de um projeto de educação patrimonial coeso e fundamentado, com fortes raízes nas premissas originárias

da antiga Comissão de Patrimônio Cultural da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, de garantia da preservação do bem cultural e fomento da sua inserção na esfera social, a partir da deliberação e aplicação de seu uso qualificado. Este, passadas inúmeras reformulações, - frutos da postura crítica e transformadora do órgão - atinge um momento de profunda integração em seu meio e com a comunidade local.

Todas as possibilidades do ser, estar e brincar existentes nas dependências da Casa são terrenos férteis para a produção de inúmeras trocas culturais, intergeracionais e multidisciplinares e reproduzem um importante laboratório para o trabalho contínuo de releituras de suas operações. Dentre as mais variadas experiências ali vividas, destacam-se as livres e espontâneas expressões do brincar, apropriando-se do espaço para a criação de recordações e perpetuando a Casa de Dona Yayá, como um lugar de memória. Para finalizar o capítulo e resumir o olhar sobre a atuação analisada, segue o escrito - de Maurice Halbwachs - que ecoou durante toda a produção;

Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia
nossa memória. (HALBWACHS, 1950, p. 60)



4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CASA DE DONA YAYÁ: RELATOS, REFLEXÕES E REGISTROS

No caminho que leva ao endereço da rua Major Diogo, 353, o caráter heterogêneo do bairro é evocado pela observação de suas multiplicidades; casas de feições antigas se emendam a construções recentes, comércios tradicionais ladeiam grandes redes de mercado, em um amálgama de vestígios temporais que provoca no transeunte, um exercício da memória em plena paisagem urbana. Todavia, a prática do imaginar é constantemente interrompida pela infraestrutura de fluxo motorizado, que rompe o caminhar por diversas vezes e obstrui passagens e permanências, retratando a problemática da carência de espaços livres, penetráveis e seguros.

Na situação recontada, o incômodo foi pontual e individual, afinal foi percebido apenas pela autora, no trajeto à Casa, porém ao enfrentar a questão considerando-se o cotidiano ali vivido e a presença constante de crianças que ali circulam, percebe-se a dimensão social e territorial dessa escassez e suas consequências ao brincar na cidade.

Um pensamento ecoa durante esse exercício, se apenas uma breve passagem pelo bairro produziu tantas reflexões e percepções, pondera-se a potencialidade da existência de clareiras urbanas como territórios educativos, em que o brincar pode ser instrumento de aprendizado, tanto por mediação de educadores, quanto pela espontaneidade da curiosidade infantil. Reverberando

essas premissas, a Casa se apresenta como refúgio e acolhimento, um espaço do encontro entre um passado histórico e um presente ativo, dinâmico e promissor. É certo que ao observá-la do lado de fora, sua imponente estrutura parece desconexa da paisagem, especialmente pela presença do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, podendo causar estranheza aos passantes, porém ao adentrar suas dependências, a imersão em sua história é imediata e estimula a permanência.

Logo depara-se com o jardim, - transformado em bosque (BARTALINI, 2008, p.179) - um oásis verde em meio à escassez de vegetação nos passeios, é um hiato do concreto, cinza e ruídos, sendo as árvores grandes barreiras naturais da poluição sonora. O estudo do professor Vladimir Bartalini (2008) sobre a área vegetativa do imóvel demonstra que os traços históricos também se cultivam nos canteiros, que no período de seus antigos moradores, recebiam espécies esculptoras do jardim mas conforme o passar do tempo, a falta de registros e manutenção, foram sendo penetrados por uma vegetação espontânea de árvores frutíferas que descaracterizaram seu volume original.

Permanecem, porém, os delineamentos, revestidos por plantas rasteiras em uma das fases do restauro, que desencadeiam outro exercício da memória. Na visão das crianças, esse espaço é símbolo

de liberdade, movimento e brincadeiras, onde desenvolvem seus sentidos e são pequenos exploradores desbravando esse bosque de lembranças. A interatividade e desfrute desse ambiente ressignificam sua existência e evocam releituras de suas preexistências, como na morada de Yayá, que, apesar de gozar de tal paisagem natural, podia apenas admirá-la de longe. Como nas palavras do professor Vladimir;

“Jardins podem ser vistos ou percorridos, ao que correspondem modos de fruição distintos. Em um deles, o prazer reside na contemplação da ordem do conjunto, no livre passear dos olhos que, a cada mirada, podem realizar uma síntese harmônica de todos os elementos externos oferecidos à visão do observador - as construções, as plantas, o céu. No outro, vive-se a experiência do envolvimento, da estimulação dos demais sentidos, da proximidade e mesmo do contato direto entre os corpos do sujeito e dos objetos, do andar entre as coisas, do palmilhar e abrir caminhos. Para dona Yayá, não havia mais possibilidade de experimentar esse segundo modo de fruição do jardim que sobrou em torno de sua casa, pois não estava presente nele. Se quisesse, poderia ter uma visão de cima, entre as molduras dos caixilhos, e mediada por superfícies envidraçadas, o que afastaria ainda mais os dois mundos, até o limite da inexistência do jardim para ela.” (BARTALINI, 2008, p. 177)

A série de observações apontadas substanciaram este trabalho de campo, que compõe parte essencial da estratégia de aproximação das atividades feitas na Casa da Dona Yayá. Para além dos estudos bibliográficos de metodologias e processos, também

fez-se imperativo acompanhar de perto as operações da equipe do educativo do CPC e a execução do programa educacional elaborado, analisando desde os materiais de apoio até as interações com as crianças durante as brincadeiras. É fundamental pontuar a contribuição de toda a equipe da Casa, que sempre se manteve solícita em auxiliar no acesso de arquivos, responder questionamentos e notificar sobre os eventos com o público infantil. Os apontamentos foram produzidos no decorrer de três visitas, duas feitas nos “Domingos na Yayá: Brinquedos e Brincadeiras” e a terceira feita em uma terça-feira, durante a visita do Centro da Criança e do Adolescente Nossa Senhora do Carmo.



DOMINGOS NA YAYÁ: Brinquedos e Brincadeiras (28/04/2024)

Como mencionado previamente, a iniciativa intitulada “Domingo na Yayá: brinquedos e brincadeiras” tem como proposta abrir a Casa no último domingo do mês para que o público infantil e seus familiares possam se divertir e aprender com as atividades elaboradas pela equipe do setor Educativo do CPC USP. No dia da visita, havia cinco crianças, de diferentes idades, e quatro monitores/estagiários; Ali, Nicole, Vinícius e Lievin, responsáveis por explicar e aplicar as brincadeiras escolhidas para aquele domingo; “Do alto da cidade: o que se vê?” e a “Mandala de referências culturais”.

A antiga sala de jantar da Casa encontra-se preenchida com variados materiais educativos, há cones, pranchas com desenhos e informações sobre a casa e Yayá, papéis, canetas, um tatame de EVA com almofadas e o “Tapete”, composto pela foto aérea da cidade, que, ocupando grande parte do cômodo, criou uma atmosfera de conforto e curiosidade para a realização da primeira atividade.

É notável como os estímulos gráficos e a liberdade dada ao grupo influenciaram em sua participação e atenção à troca

de conhecimentos que ocorria. A possibilidade de “passearem” por diferentes lugares apontados no mapa gerou observações e dúvidas, respondidas e estimuladas pelos monitores, que também indagavam as crianças sobre a localização de suas casas, se podiam identificá-las no mapa e que tipos de elementos da paisagem podiam observar nos trajetos que percorriam desde suas moradias até os lugares de destino. Surgia, de forma espontânea, a abertura para uma conversa sobre memória e formas de identificação de possíveis bens patrimoniais, relacionados à história de cada um.

Dando prosseguimento à programação do dia, a equipe reuniu as crianças para explicar os conceitos de patrimônio material e imaterial, apresentando como exemplo do primeiro, o próprio casarão e seus aspectos arquitetônicos e simbólicos, ilustrando os conceitos citados. Percebe-se um momento crucial na introdução à educação patrimonial a esse público; o plantio dos seguintes questionamentos; “por que a Casa é um patrimônio?”, “o que faz dela tão importante para a história da cidade de São Paulo?”, evidentemente há uma variação do nível de compreensão entre as idades dos participantes, mas cumpre-se o objetivo de semear uma reflexão inicial acerca da temática patrimonial e engajar o interesse em futuras discussões e aprendizados correlativos. A fim de desenvolver a ideia do patrimônio imaterial, a monitora Nicole menciona o samba como

exemplar do patrimônio brasileiro e introduz a próxima atividade.

A equipe entregou às crianças, papéis em formato de coração e materiais de desenho com o intuito de se expressarem livremente, a partir de ilustrações, pinturas e escritas, elementos presentes em suas vidas que consideravam candidatos ao título de patrimônio, material ou imaterial. Os produtos resultantes dessa atividade demonstraram a riqueza de vivências com as quais as crianças, em seus próprios entendimentos sobre o tema, abordaram o conceito de valores e bens patrimoniais.

Após o momento de produção, foram apresentadas às diferentes categorias inseridas no conceito de patrimônio; lugares, festas, saberes, construções, expressões e objetos, cada uma inserida em um cone e ligadas por fios à categoria “Cultura”, apoiada no cone central, o objetivo era fazer com que as crianças refletissem sobre em qual dessas categorias seus “corações” pertenciam.

A diversidade de respostas fez desse exercício uma experiência muito rica e divertida, muitas vezes não se conseguia definir exatamente a qual das categorias os elementos pertenciam, gerando discussões produtivas e comprovando a complexidade do processo patrimonial. Há respostas como o “pôr do sol” na Praça do Pôr do

Sol, a serra do mar, os Museus da Imaginação e do Catavento, a pizza, “cachorros de bexiga”, Festa do Boi, expressões como “lá ele” ou apelidos carinhosos, como Pichula e Luluca e expressões afetivas como; “te amo mãe, pai, minha família inteira” e desenhos dos componentes familiares, formando um grande inventário cultural e particular dos imaginários infantis. O final das atividades educativas é marcado pela expressão mais pura do brincar; uma guerra de almofadas na antiga sala de jantar, preenchendo o espaço com risadas e avolumando o conjunto de memórias guardadas pela Casa.







INSTRUÇÕES

SABER

diano



DOMINGOS NA YAYÁ: Brinquedos e Brincadeiras (26/05/2024)

Nesse dia, a temperatura na parte da manhã era de aproximadamente 18 graus, portanto era evidente que haveria menos presenças no Domingo de Brinquedos e Brincadeiras, cuja programação contava com a oficina de “scrapbook” ou caderno de memórias, em que se estipulava a produção de páginas que refletissem sua passagem na Casa - a partir de recortes variados da Casa, de Yayá e outros elementos - para depois compor o caderno, que poderia ser completado em suas casas, preenchendo-o com futuras memórias.

A única criança presente na data também estava no último domingo de abril, evidenciando a sua assiduidade, que se apresenta como fruto da estratégia de rotatividade de brincadeiras. Em sua companhia, estavam os monitores; Isabela, Nicole, Ali, Vinicius, Lievin e Beatriz, todos sentados na grande mesa montada e repleta de figuras, recortes, adesivos, lápis e canetas, estimulando a criatividade dos participantes.

Nota-se a disposição da equipe em manter o interesse da criança, mesmo sendo a única de sua faixa etária, na dinâmica,

sugerindo colagens e elogiando seus inventos. Em um certo momento, atentou-se para um visitante, um senhor de idade que passeava e olhava com grande admiração os cômodos daquela antiga casa, ele se impressionava a cada ambiente que entrava e reparava nos mínimos detalhes, também chegou a adentrar a sala de jantar, onde ocorria a atividade, sendo inclusive convidado pela Carmen a participar.

Em uma breve conversa, disse como eram impressionantes as casas daquela época, amplas e espaçosas, ao contrário das residências atuais, que disse serem como “latas de sardinha”. Foi muito interessante observar a coexistência dos usos qualificados do imóvel e o alcance intergeracional que possui, o espaço se revela um potencial de interações sociais e trocas de saberes. Tais encontros ou simplesmente a possibilidade de sua ocorrência oferecem um apoio importante no desenvolvimento das diferentes infâncias que frequentam a Casa, proporcionam interações sociais fundamentais para a formação de sua consciência, aquisição de habilidades comunicativas e para uma visão de mundo mais abrangente.





VISITA DAS CRIANÇAS DO CCA CARMO (28/05/2024)

O último evento presenciado foi a visita de aproximadamente 17 crianças do Centro da Criança e do Adolescente Nossa Senhora do Carmo, na parte da manhã de uma terça-feira. Inicialmente a solicitação feita pelo instituto era de apenas utilizar o espaço do jardim para brincadeiras, porém houve uma mudança de planejamento e incluiu-se na programação, a atividade de caça à memória. Ao chegar na Casa, as monitoras Nicole, Isabela, Ali e Beatriz preparavam cuidadosamente as mesas na sala de jantar, posicionando cada álbum de figurinhas à frente das cadeiras e reunindo materiais artísticos para serem usados na atividade.

Após essa organização, a equipe se dirigiu à parte externa, onde as crianças se reuniram, para iniciar a brincadeira. Feita a explicação do exercício, o clima era de antecipação, expectativa e até competitividade de quem encontrasse primeiro os elementos indicados, cuja ordem esboçava um roteiro de amplo reconhecimento espacial do imóvel. As dicas iniciais foram: “estou perto do céu”, “eu decoro o telhado da casa” e “tenho um número referente a uma data”, e imediatamente já podia-se enxergar vários pequenos indicadores

apontados para o adorno com a inscrição 1902. As crianças logo se animaram com a brincadeira e pediam as próximas pistas; assim que a monitora Ali enunciou as dicas “sou um ser vivo” e “sou grande e alta”, já começaram as correrias pelos cantos do jardim, em direção às árvores, até encontrarem a resposta da indicação “sou a maior árvore do jardim”, o grande Jatobá.

Em seguida, outros elementos foram identificados; as casas da vizinhança, a escadaria, o elevador, o tanque e os pertencentes ao interior da casa, como a clarabóia, a janela, o solário e as estruturas de tijolo da sala de jantar. Cada “achado” era acompanhado de explicações sobre seu lugar e na linha do tempo da Casa e suscitaram perguntas sobre quem morou ali e até formas de identificação, de crianças que também moravam em construções mais antigas. Em conversa com uma das monitoras, um menino citou a Semana Municipal do Brincar, iniciativa realizada até o dia 29 de maio pela Prefeitura de São Paulo e a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, que propunha o reforço do direito ao brincar e ao desenvolvimento saudável de toda criança, a partir de atividades lúdicas e serviços que atendessem esse público, demonstrando a importância da divulgação dessas iniciativas e da diversidade de aplicações, que fornecem possibilidades de escolha à criança, entre diferentes práticas do brincar.

Ao entrar na Casa, a curiosidade do grupo foi aflorada, e seus sentidos utilizados para amparar suas próprias percepções, tocavam as paredes, sentiam as diferentes texturas, examinavam com deslumbramento aquelas enormes portas e janelas e eram atraídos pelos elementos expositivos dispostos. A exposição vigente, *Imagens em Patrimônio - Concurso de fotografias do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo*, causou alvoroço entre o grupo, que observava as imagens e fazia a clássica pergunta relativa à essa faixa etária “o que é isso?”.

Outro notável momento foi a passagem pelo solário, estrutura que por si só já provoca estranheza, que evocou variadas perguntas, destacando-se uma, feita por uma das crianças, que questionava os motivos para confinar Sebastiana naquele lugar e não permitir a sua saída e que após receber a resposta, produziu a seguinte frase: “Eu achei que ela não saia de casa porque estava tendo um ataque zumbi lá fora”, marcando a forte impressão gerada pela infraestrutura, tão inusitada quanto a noção de aprisionamento que se sente ali, sensação muito distante da realidade dessas crianças, que utilizam da imaginação fértil para tentar conceber o porquê desse confinamento.

A complexidade da enfermidade de Yayá exige uma abordagem delicada em sua explicação para o público infantil,

que após tomar conhecimento de sua triste situação, demonstram sensibilidade e empatia com a sua história.

Observou-se mais um instante curioso durante a visita; na apresentação do banheiro reservado à Yayá e o olho mágico da porta, este acabou virando um brinquedo para as crianças, que se entreolhavam através dele e se divertiam. O antigo símbolo de confinamento e supervisão de Yayá tornou-se peça do brincar, visto apenas como um visor para o amiguinho que se punha do outro lado da porta.

Essa combinação entre ressignificação e sensibilização das memórias da Casa sinalizam o êxito das atividades propostas e o resultado de uma trajetória de contínua pesquisa, debate, laboratório, autoavaliação e esforço de uma equipe comprometida com o propósito de preservar a Casa e suas finalidades de memórias, encontros e brincadeiras. A seguir estão alguns registros feitos durante as visitas;











CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coletar de peças que compõem o olhar sobre as atividades da Casa de Dona Yayá foi um percurso de descobertas e redescobertas, um último exercício multidisciplinar que encerra um ciclo de aprendizados e memórias do curso de Arquitetura e Urbanismo com um trabalho que sublinha a importância da educação, do patrimônio e dos espaços livres, temas medulares da graduação.

A recuperação do percurso histórico da temática da educação patrimonial no Brasil, que perpassou desde a criação do SPHAN em 1937, a própria apresentação do termo “educação patrimonial”, em 1983, a formalização no Guia Básico de Educação Patrimonial de 1999, até o período atual, resultou em uma compreensão do tema como um campo de constantes disputas, imposições, debates e releituras críticas, que determinaram certas perspectivas sobre a abordagem da cultura e patrimônio brasileiros.

É nesse âmbito conflituoso que se produzem as constantes revisões epistemológicas, expostas nos diversos seminários e conferências realizadas no decorrer das décadas, e geradoras de grandes avanços na pauta, expressados em iniciativas como

a atuação da equipe do CPC-USP na Casa de Dona Yayá. O estudo das temporalidades da Casa foi um processo cativante, ao adentrar tantas camadas de vivência no imóvel, fez-se da atividade uma imersão, uma viagem ao tempo, alicerçada nas pesquisas de Regina Tirello de estratificação arquitetônica, reveladoras de tantas preexistências.

Destaca-se a leitura sobre a vida de Sebastiana de Mello Freire, que a cada capítulo mais interessava e emocionava, e cuja luta por sua existência reforçou a importância de preservar sua história e a da Casa que lhe abrigou, não apenas pelos motivos materiais ou históricos, mas pelo potencial representativo da resistência de ambas. Espelhando a luta por Yayá, resgata-se os esforços de inúmeros professores da USP e participantes da comunidade do Bexiga pelo restauro, conservação e uso qualificado do imóvel, uma travessia laboriosa, porém que gera frutos, como a Comissão de Patrimônio Cultural da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, futuro Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP) e culmina em ações articuladas para cumprir os objetivos estabelecidos.

Mesmo após a instalação do CPC-USP na Casa de Dona Yayá, a luta perdura, com novos desafios originados pela construção e consolidação do órgão, enfrentados pelas diferentes gestões no decorrer dos anos. A partir do enfrentamento de

mudanças de funcionários e reformas, de constantes revisões internas, de um respaldo pedagógico e do empenho contínuo em solidificar a relação com o público, a Casa de Dona Yayá se consolida como um espaço de encontros, expressões da memória e de atividades fundamentadas de educação patrimonial.

As visitas à Casa evocaram vários sentimentos e reflexões, há um encanto inicial no próprio estar e em observar os pormenores de tal resquício da história. Porém a verdadeira contemplação ocorre no acompanhamento das atividades educativas com as crianças, uma experiência muito rica, por permitir testemunhar todo o conteúdo programático posto em prática e a reação do público infantil. As trocas registradas no último capítulo representam o valor do trabalho realizado e definem a Casa como um espaço não apenas do ensino e da memória, mas também do brincar na cidade.

Toda a produção deste caderno foi acompanhada pela reconstituição de lembranças; de infância, de brincadeiras, de indagações juvenis sobre as diferentes realidades ao redor, de temas abordados na escola, na graduação até a própria conclusão da mesma.

Espera-se que a leitura do trabalho também evoque

recordações do leitor, mas principalmente que seja um registro da memória de Yayá, da Casa e das vivências ali concretizadas, hoje e no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 79, Dezembro 2007: 95-111. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/728>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.728>. Acesso em: abr. 2024.

BARTALINI, Vladimir. Entre o documental e o sugestivo o jardim da casa de Dona Yayá: Dona Yayá's garden. *PosFAUUSP*, São Paulo, Brasil, n. 23, p. 166–182, 2008. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i23p166-182. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43560>.. Acesso em: jun. 2024.

BRANDÃO, Carlos Roberto Ferreira. *Uso qualificado da casa de Dona Yayá: manual para apresentação de propostas*. São Paulo: CPC/USP, 1999. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Brasília: Imprensa Oficial, 2022. Acesso em: mar. 2024.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. Depoimento: Memória CPC professora Maria Cecília França Lourenço. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 23, p. 284–294, 2017. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i23p284-294. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/134280>. Acesso em: mai. 2024.

_____. CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Equipe do. Memória CPC: depoimento do professor Nestor Goulart Reis Filho. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 20, p. 261–280, 2015. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i20p261-280. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/108568>. Acesso em: mai. 2024.

DEMARCHI, João Lorandi. Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-13082020-132634. Acesso em: jan. 2024.

FERNANDES, Gabriel de Andrade. Ação expositiva do CPC em 2016: as mostras cores do Bixiga na Yayá e Yayá, um lugar de memória. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 22, p. 296–306, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i22p296-306. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/124450>. Acesso em: mai. 2024.

_____. Educação e patrimônio na Casa de Dona Yayá: relato da oficina-intervenção Trafegar pelos rios do Bixiga. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n.17, p. 001-126, nov. 2013/ abril 2014. Acesso em: nov. 2023.

_____. Educação e Patrimônio da Casa de Dona Yayá: Experiências do Centro de Preservação Cultural da USP. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 300–324, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp300-324>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/160750>. Acesso em: jan. 2024.

_____. Práticas patrimoniais entre a formação e a ideologia: Contribuição ao debate a partir das práticas do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. In: 6º SEMINÁRIO MESTRES E CONSELHEIROS: AGENTES MULTIPLICADORES DO PATRIMÔNIO, 2014, Belo Horizonte. Acesso em: jun. 2024.

_____. Seminário Bixiga: território cultural. São Paulo, 2 de maio de 2017. Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 24, p. 170–180, 2017. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i24p170-180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/141549>. Acesso em: mai. 2024.

FRAZÃO, Marcia. O dia em que a pracinha sumiu. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

FREHSE, Fraya. Comissão de Patrimônio Cultural da USP. A casa de Dona Yayá. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial, 1999, 176 pp. Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 43, n. 2, p. 259–269, 2000. DOI: 10.1590/S0034-77012000000200015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27084>. Acesso em: mai. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GUIMARÃES, Thays Teixeira. A casa de Dona Yayá: as formas de expor uma construção variada de memórias sociais. Revista n. 6 (2018): Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade, n. 6, p. 7-25, 2018. Disponível em: <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/cadernos/article/view/195/131>. Acesso em: mar. 2024.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. Acesso em: abr. 2024.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. Acesso em: dez. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: mar. 2024.

_____. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: mar. 2024.

_____. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016b. Acesso em: mai. 2024.

JÚNIOR, José Geraldo Simões; SOMEKH, Nadia. Bexiga em três tempos: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável. 1. ed. [S. l.]: Romano Guerra Editora, 2020. 352 p.

LANNA, Ana Lúcia Duarte; PRATA, Juliana Mendes. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá: questões de gestão de um patrimônio cultural. Revista CPC, São Paulo, n. 1, p. 6-15, 2006. Acesso em: mai. 2024.

LIRA, José Tavares Correia; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. Plano de Trabalho CPC-USP, 2010-2014. Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 11, p. 188–193, 2011. DOI:<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i11p188-188>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15677>. Acesso em: jun. 2024.

LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho. Cidade, Gênero e Infância. São Paulo: Romano Guerra Editora: Pistache Editorial: Instituto Brasiliana, 2021.

LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). A Casa de Dona Yayá. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 1999.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012. Acesso em: mai. 2024.

MORELLI, A. O papel do espaço nas memórias da infância. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 38, p. 175-188, 29 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29327/253484.1.38-11>. Acesso em: mai. 2024.

MUNER, Andrea Amato. Cocriança: experienciar a paisagem para autonomia da criança. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/4fd792d4-11c7-4cfc-987a-6088e32f0189/2020_AndreaAmatoMuner.pdf. Acesso em: fev. 2024.

NASCIMENTO, Flavia Brito do e SCIFONI, Simone. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. Revista Memória em Rede, v. 7, n. 13, p. 69-82, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rmr.v7i13.6306>. Acesso em: mai. 2024.

_____. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP . Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 29–48, 2010. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i10p29-48. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/15660>. Acesso em: mai. 2024.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. Educação Patrimonial no IPHAN: Análise de uma trajetória. Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 32–54, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp32-54>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/158739>. Acesso em: mar. 2024.

PEREIRA, Vinicius. A infância, a modernidade e a rua: a relação entre a criança e o espaço urbano na contemporaneidade em meio à crise da cidade. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/c0ce5cec-8393-4cd4-b148-79f5145762dd/2021_Vin%C3%ADciusPereira_TGI.pdf. Acesso em: nov. 2023.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan e PEREIRA, José Hermes Martins. Educação Patrimonial no Centro de Preservação Cultural - Casa da Dona Yayá: Balanço e Novos Desafios. Revista de Cultura e Extensão USP, [S. l.], v. 5, p. 37–42, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-. Acesso em: mai. 2024.

PIO, Marina Gazzoli; NEVES, Rodrigo Augusto das. Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape. Revista CPC, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 36, p. 250–271, 2023. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v18i36p250-271. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/219247>. Acesso em: mai. 2024.

SANTOS, Valdeir Cesário; FILHA, Maurides B. de Macedo; AMARAL, Cláudia Tavares do. Direitos da criança e do adolescente: Contribuições da memória e da História. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n.1, p. 3054-3076, 2011. DOI: 10.34117/bjdv7n1-208. Acesso em: mai. 2024.

SÃO PAULO (SP). CONDEPHAAT. Resolução 37, de 02 de abril de 1998. Acesso em: mai. 2024.

SÃO PAULO (SP). CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução 22. São Paulo, 2002. Acesso em: mai. 2024.

SAWAIA, Camila Pinto de Souza. Plano urbano do brincar: por uma cidade brincante. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/0268eb8f-0b55-4324-8a3a-9a74059b0db4/2020.2_CamilaSawaia_3.pdf. Acesso em: out. 2023.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 14–31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp14-31>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/157388>. Acesso em: mar. 2024.

_____. Desafios para uma nova educação patrimonial. *Revista Teias*, [S. l.], v. 18, n. 48, p. 5–16, 2016. DOI: 10.12957/teias.2017.25231. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25231>. Acesso em: nov. 2023.

_____. O patrimônio desigual: cidade, memória e a classe trabalhadora. 2022. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana e Patrimônio Cultural) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-31012023-133018. Acesso em: set. 2023.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Para além das fronteiras: Patrimônio cultural, educação e territórios educativos. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 111–132, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp111-132>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/159098>. Acesso em: mar. 2024.

WEBER, R.; PEREIRA, E. M. Halbwachs e a Memória: contribuição à História Cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 104–126, 2011. DOI: 10.22228/rf.v3i1.57. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/57>. Acesso em: abr. 2024.



